



5
AA
2017

ATA N.º 20 – Aos dezassete dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às 20 horas e 55 minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria, e secretariada pelos Srs. Maria José Ferreira dos Santos e Mário Jorge de Castro Reis, respetivamente 1.º e 2.º Secretários da Mesa, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Atas: -----
 - Ata n.º 18 – Sessão Ordinária de 3 de novembro de 2016; -----
 - Ata n.º 19 – Sessão Extraordinária de 9 de janeiro de 2017;-----
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município; -----
- 3 – Petição n.º 245/XIII/2.ª – “Solicitam que a freguesia de Milheirós de Poiares se mantenha no concelho de Santa Maria da Feira”-----
 - Pronúncia da Assembleia Municipal;-----
- 4 – Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira ---
 - Atualização do tarifário para o ano de 2017;-----
- 5 – Acordo de Mutação Domínial entre o Município e a Infraestruturas de Portugal, S.A. -----
 - Aprovação de minuta;-----
- 6 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de São João de Ver;-----
- 7 – STCP – Alteração do critério de rateio da dívida orçamental da AMP – Área Metropolitana do Porto;-----
- 8 – Regulamento de Atividade de Transporte de Aluguer de Veículos Ligeiros de Passageiros;-----
- 9 – Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parcela de terreno sita no lugar de Gôda, em Mozelos;-----
- 10 – Desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal para o domínio privado do Município sita no lugar de Póvoas, em Canedo; -----
- 11 – Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular – Associação de Municípios -----
 - Alteração dos estatutos;-----



- 12 – Alteração ao Mapa de Pessoal para 2017; -----
- 13 – Declarações para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 15 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e do disposto no n.º 1 do art.º 17 do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho (*para conhecimento*);-----
- 14 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira -----
- Designação de uma pessoa de entre os cidadãos eleitores para substituição de Margarida Arcelina Assunção Alfama, designada pela Assembleia Municipal por deliberação de 25-02-2013;-----
- 15 – Transparência e Integridade (*artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento*).-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo seu Presidente – Emídio Ferreira dos Santos Sousa, e pelos Vereadores José Manuel da Silva Oliveira, Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, Vítor Carlos Latourrette Marques, Helena Maria de Sá Portela, António Gil Alves Ferreira, Eduardo Marques dos Santos Cavaco, Susana Alexandra Lopes Correia, António Ferreira de Bastos e Mário António Pinho de Oliveira. -----

Não esteve presente a Vereadora Isabel Maria Oliveira Machado Leal Pereira. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, começando por saudar os membros presentes. -----

Em seguida, informou da entrada na Mesa, até àquele momento, de 3 credenciais de delegação de representação para a presente sessão, dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia das seguintes freguesias: -----

– Arrifana (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Alcino Pereira Monteiro;-----

– Paços de Brandão (PSD): delegada a representação na Secretária do Executivo – Rita Micaela Ribeiro Marques – *que ainda não se encontrava presente, tendo entrado no decorrer da sessão*;-----

– União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo (PSD): delegada a representação no Vogal do Executivo – Fernando Adriano de Sousa Pinho.-----



Informou, de seguida, que as deputadas municipais Maria de Fátima Bastos Oliveira (PS) e Rosa Maria Pinto da Silva (PS) solicitaram ser substituídas na presente sessão, nos termos legais, dado não lhes ser possível estar presentes.-----

Sobre a substituição da deputada municipal Maria de Fátima Oliveira informou que o cidadão seguinte da lista do PS, Telmo André dos Santos Gomes, comunicou à Mesa da impossibilidade de estar presente nesta sessão, pelo que a mesma é substituída pela cidadã seguinte da mesma lista, Margarida Arcelina Assunção Alfama – *que ainda não se encontrava presente, tendo entrado no decorrer da sessão.*-----

Em relação à substituição da deputada municipal Rosa Silva deu nota que os cinco cidadãos seguintes na lista do PS – Ricardo Daniel Bastos dos Santos, Armando de Sousa e Silva, Cátia Patrícia Silva Ferreira, Jorge Manuel Pintassilgo e António Ferreira Pinto – informaram da impossibilidade de estarem presentes nesta sessão, pelo que a mesma é substituída pela cidadã seguinte da mesma lista, Teresa de Oliveira Pereira, que se encontrava presente para o efeito. -

Sendo assim, encontravam-se presentes, no início da sessão, 44 dos 54 membros que compõem esta Assembleia Municipal, nomeadamente:-----

Pelo grupo municipal do PSD:-----

Amadeu Albertino Marques Soares Albergaria; José Manuel Milheiro Pinho Leão; António André da Silva Topa; José Fernando Moreira; Adriana Marisa da Silva Cardoso; António Domingues Pereira; Serafim Manuel Rocha Guimarães; Aldina dos Reis Camboa Cabral; Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Gastão Valente Pinto da Silva; Maria José Ferreira dos Santos; Casimiro Loureiro Dias de Pinho; Marisela Adelaide Pinto Maio; Bernardino Manuel Martins do Couto; Justino de Amorim Pinto; e os Presidentes, ou seus representantes, das Juntas de Freguesia de Argoncilhe – Manuel Jorge Oliveira Tavares Coimbra; Arrifana – Alcino Pereira Monteiro; Escapães – Minervina Ferreira da Silva Rocha; Fornos – Luís André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto da Conceição Moreira; Santa Maria de Lamas – António Óscar Correia Soares Neves; União das Freguesias de Caldas de São Jorge e Pigeiros – José Carlos Baptista Martins; União das Freguesias de Canedo, Vale e Vila Maior – Paulo Fernando Marques de Oliveira; União das Freguesias de Lobão, Gião, Louredo e Guisande – José Henriques dos Santos; e União das Freguesias de Santa Maria da Feira, Travanca, Sanfins e Espargo –



Fernando Adriano de Sousa Pinho;-----

Pelo grupo municipal do PS:-----

Margarida Maria Santos Soares Rocha Gariso; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Manuel Oliveira de Almeida; Eduardo José da Costa Pereira da Rocha; António dos Santos; Manuel Amorim Duarte; Manuel Ferreira Santos; Daniel Tavares Gomes; Teresa Oliveira Pereira; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Milheirós de Poiares – Augusto de Pinho Santos; Nogueira da Regedoura – Rui Alves Rios; Sanguedo – Valdemar Alves da Silva; São Paio de Oleiros – Ana Cristina Pires de Oliveira; e União das Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô – Maria Manuela da Silva Teixeira; -----

Pela CDU: Filipe Ramiro Tavares Moreira; -----

Pelo BE: Moisés Salvador Coelho Ferreira; -----

Pelo CDS-PP: Válter José Mendes de Amorim; -----

Independente: Amaro Bento Silva Araújo – Presidente da Junta de Freguesia de São João de Ver.-----

Entraram, no decorrer da sessão: Rui Fernando Guedes Ribeiro (PSD); Márcio Santos Correia (PS), Carla Marisa Pimentel Pereira (PS); Lia Andreia Cristóvão Ferreira (PS); Margarida Arcelina Assunção Alfama – em substituição da deputada municipal Maria de Fátima Bastos Oliveira (PS); António Valdemar Fontes Pinho Ribeiro – Presidente da Junta de Freguesia de Fiães (PSD); Armando Fontes Teixeira – Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa (PSD); José Carlos Pinto da Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Mouselos (PSD); e Rita Micaela Ribeiro Marques – Secretária da Junta de Freguesia de Paços de Brandão (PSD).-----

Faltou à sessão, sem se ter feito representar: Sérgio Manuel Murteira Cirino (PS).-----

Seguidamente, e na sequência do acordado pela Assembleia na sua sessão de 20 de novembro de 2013, quanto à omissão da leitura do documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, informou que se encontrava disponível essa relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. deputados municipais os pudessem consultar, caso o pretendessem. -----

É do seguinte teor o documento referente à síntese da correspondência recebida e emitida pela



5

Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão extraordinária de 9 de janeiro de 2017: -----

- “Ofício da vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 3 de janeiro 2017; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, remetendo pronúncia da Assembleia Municipal sobre a petição n.º 179/XIII/2.ª – “Solicitam que a freguesia de Milheirós de Poiares seja integrada no Concelho de S. João da Madeira” – ofício igualmente enviado, em formato digital, por e-mail no dia 11 de janeiro de 2017;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de S. João da Madeira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo texto da moção intitulada “Integração de Milheirós de Poiares em S. João da Madeira”, aprovada por aquele órgão na sua sessão extraordinária realizada no dia 4 de janeiro de 2017; -----
- E-mail do munícipe Saúl Santos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a dar conhecimento da vandalização da sinalização rodoviária em Paços de Brandão, solicitando intervenção urgente para que se reponha a normalização urgente da sinalização; -----
- E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, dirigida ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, pergunta que os Srs. Deputados José Luis Ferreira e Heloísa Apolónia dirigiram ao Ministério do Ambiente sobre a persistência dos maus cheiros provocados pela ETAR de Fiães; -----
- Ofício da vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minutas e atas das reuniões ordinárias da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 27 de dezembro de 2016 e de 9 de janeiro de 2017; -----
- E-mail do Sr. Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a dar conhecimento do falecimento do anterior Secretário-Geral, Artur Trindade, bem como do dia, hora e local do respetivo funeral;-----
- Ofício da vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, declarações para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 15 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual



- redação, e do disposto no n.º 1 do art.º 17.º Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Viseu, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo teor da “Moção pela dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e outros, designando-os por “Universidades Politécnicas”, ou “Universidades de Estudos Avançados”, de modo a poderem atribuir o grau de Doutor”, aprovada por aquele órgão em Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2016; -----
 - E-mail do Sr. Presidente da Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando pronúncia ou documentação considerada relevante sobre a Petição n.º 245/XIII/2.ª – “Solicitam que a freguesia de Milheirós de Poiares se mantenha no concelho de Santa Maria da Feira”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Direção do CiRAC – Círculo de Recreio, Arte e Cultura de Paços de Brandão, comunicando o fim do seu ciclo de dirigente da associação; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento da CDU sobre “Espaços de jogo e de recreio do Município”;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, convocando-os para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 17 de fevereiro de 2017, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia; -----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento da CDU, apresentado pelo membro Filipe Moreira, sobre “Espaços de jogo e de recreio do Município”;-----
 - Ofício da vereadora do Pelouro da Administração e Finanças, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, minuta e ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 23 de janeiro de 2017;-----
 - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo requerimento do BE sobre o assunto “Quem e quanto se pagou para receber os prémios atribuídos na Gala dos Eventos”;-----
 - E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para os devidos efeitos, requerimento do BE, apresentado



Handwritten marks and signature in the top right corner.

- pelo membro Moisés Ferreira, sobre o assunto “Quem e quanto se pagou para receber os prémios atribuídos na Gala dos Eventos”; -----
- **Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo informação solicitada pelo membro Filipe Moreira (CDU) sobre o assunto: “Transporte escolar – Santa Maria da Feira”; -----**
 - **E-mail, por instrução, do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao membro Filipe Moreira remetendo informação solicitada sobre o assunto: “Transporte escolar – Santa Maria da Feira”; -----**
 - **E-mail do Sr. Joaquim Caeiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando o preenchimento e envio do inquérito para recolha de informação acerca do conhecimento sobre os serviços dos ecossistemas e a sua importância no âmbito do seu doutoramento em Geografia – Ordenamento e desenvolvimento do território na Universidade de Coimbra;---**
 - **E-mail do membro deste órgão - Fátima Oliveira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a solicitar a sua substituição na sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2017;----**
 - **E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes” dirigida, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, resposta do Ministério do Ambiente à pergunta que lhe foi dirigida pelos Srs. Deputados José Luis Ferreira e Heloísa Apolónia, sobre a persistência dos maus cheiros provocados pela ETAR de Fiães;-----**
 - **E-mail do membro deste órgão – Manuel Santos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a solicitar a inclusão do assunto “Transparência e Integridade” na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária de 17 de fevereiro de 2017; -----**
 - **Convite da Sr. Presidente do Politécnico do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para participar na Gala Comemorativa do 32.º aniversário do Politécnico do Porto, que terá lugar no dia 24 de fevereiro pelas 21 horas e 30 minutos, na Casa da Música, na Praça Mouzinho de Albuquerque, no Porto;-----**
 - **E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos membros que constituem a Comissão Permanente desta Assembleia, convocando-os para uma reunião da referida Comissão, em 13 de fevereiro, pelas 18 horas, nos Paços do Concelho;-----**
 - **E-mail do membro deste Órgão – José Manuel Leão (pelo grupo municipal do PSD), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo proposta daquele grupo municipal**
-



Handwritten initials and a circled mark.

- relativa ao ponto n.º 3 da Ordem do Dia da sessão da Assembleia Municipal de 17 de fevereiro de 2017; bem como remetendo moção/recomendação sobre “ Reabilitação da EN 223 entre o nó da A1 de Santa Maria da Feira e nó do IC2 Arrifana/Escapães”; -----
- E-mail do membro deste Órgão – Filipe Moreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo duas moção da CDU, sobre “40 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas” e “Dia Internacional da Mulher”, uma recomendação sobre “Mobilidade no concelho de Stª Mª da Feira”, e ainda um voto de pesar pelo falecimento de Manuela Azevedo; -----
 - E-mail do membro deste Órgão – Moisés Ferreira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo três recomendações do BE, sobre “Criação de uma rede de skate parks, de equipamentos desportivos e de parques infantis no concelho” o “Combate à precaridade na autarquia de Santa Maria da Feira” e “Maior Transparência na Autarquia”;
 - Convite do Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto e do deputado do Parlamento Europeu José Manuel Fernandes, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a apresentação pública do livro “A Economia Social em Portugal”, a realizar no próximo dia 22 de fevereiro, às 18h00, no Auditório D. Pedro IV, da Santa Casa da Misericórdia do Porto; -----
 - E-mail do membro deste órgão - Rosa Maria Pinto da Silva, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a solicitar a sua substituição na sessão ordinária de 17 de fevereiro de 2017; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta ao requerimento, apresentado pelo membro Moisés Ferreira, sobre passeadeiras para peões quase impercetíveis em muitas estradas do Concelho. E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal remetendo informação àquele membro; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta ao requerimento, apresentado pelo membro Moisés Ferreira, sobre Autarquia não afixou informação sobre a qualidade da água em fonte pública na cidade de Fiães. E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal remetendo informação àquele membro; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal,



(Handwritten marks)

- remetendo resposta ao requerimento, apresentado pelo membro Moisés Ferreira, sobre obras urgentes na EB1 de Vendas novas. E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal remetendo informação àquele membro;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta ao requerimento, apresentado pelo membro Moisés Ferreira, sobre descargas poluentes na ETAR de Fiães. E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal remetendo informação àquele membro;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta ao requerimento, apresentado pelo membro Moisés Ferreira, sobre descargas de efluentes não tratados no rio Uíma ETAR – Fiães. E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal remetendo informação àquele membro; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta ao requerimento, apresentado pelo membro Filipe Moreira, sobre a tarifa social na água. E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal remetendo informação àquele membro;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta ao requerimento, apresentado pelo membro Filipe Moreira, sobre Indaquia – Mosteirô. E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal remetendo informação àquele membro;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta ao requerimento, apresentado pelo membro Filipe Moreira, sobre Rua do Lagoeiro (junto da ponte da Ribeira d' água) – Fornos – atentado ambiental. E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal remetendo informação àquele membro;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta ao requerimento, apresentado pelo membro Filipe Moreira, sobre Rua 31 de Janeiro – Fiães. E-mail, por instrução do Sr. Presidente da Assembleia Municipal remetendo informação àquele membro;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo resposta ao requerimento, apresentado pelo membro Filipe Moreira, sobre obras no pavilhão da Casa do Povo – Fiães. E-mail, por instrução do Sr. Presidente da
-



Assembleia Municipal remetendo informação àquele membro.” -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou da existência de um voto de pesar, três moções e quatro recomendações para serem discutidas – documentos estes que, nos termos regimentais, foram remetidos aos serviços de apoio ao funcionamento deste Órgão para serem apreciadas nesta sessão e que, entretanto, foram enviados, por correio eletrónico, aos membros da Assembleia.-----

Referiu que começaria por submeter à Assembleia o voto de pesar proposto pelo membro Filipe Moreira (CDU), cujo teor passou a ler e que se transcreve: -----

“Voto de Pesar pelo falecimento de Manuel Azevedo -----

Manuel Azevedo, jornalista destacado, tem o seu trabalho publicado nos mrf4édia regionais e nacionais. A sua arte de captar luz e de dar imagem ao quotidiano fazendo-o permanecer na memória coletiva não é o seu único legado. A sua dedicação ao movimento associativo foi intensa no Município feirense, marcando a vida de centenas de associações culturais, desportivas e recreativas. Dotado de uma generosidade e humanidade excepcionais, Manuel Azevedo foi e será uma figura marcante no Município, por todos reconhecido como uma referência humana e profissional e como tal deverá ser justamente homenageado.-----

As suas convicções firmes, reconhecidas por todos os que com ele conviveram, traçaram-lhe o rumo da militância muitas vezes refletido nesta Assembleia Municipal nas intervenções da CDU.-----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 17 de fevereiro de 2017, expressa o seu voto de pesar pelo falecimento de Manuel Azevedo.” -----

Feita a leitura do voto de pesar o *Sr. Presidente da Assembleia* referiu querer, com a autorização da CDU, associar-se ao voto de pesar, bem como associar a Mesa da Assembleia.

O *Sr. Presidente da Câmara* pediu a palavra para referir que a Câmara Municipal também se associava ao voto de pesar. -----

De seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia*, após sondar os grupos municipais e o membro independente, verificou que todos se associavam ao voto de pesar pelo que deu nota que, com a autorização da CDU, o mesmo é subscrito por toda a Assembleia. -----

Submetido o assunto a votação constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por



(Handwritten signature)

unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 44 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar um voto de pesar pelo falecimento de Manuel Azevedo – que foi seguido pelo cumprimento de um minuto de silêncio. -----
Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia Informou que concederia a palavra aos proponentes das moções e recomendações para fazerem a apresentação das mesmas e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais para se pronunciarem sobre tais documentos. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para apresentar três recomendações cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“CRIAÇÃO DE UMA REDE DE *SKATE PARKS*, DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS E DE PARQUES INFANTIS NO CONCELHO -----

Santa Maria da Feira é um concelho com mais de 140 mil habitantes, urge, pois, dotar o concelho de equipamentos que garantam mais e melhor qualidade de vida aos cidadãos feirenses, tanto às crianças, como jovens, adultos e seniores. -----

O desporto e o lazer são hoje determinantes para uma maior qualidade de vida das pessoas. Cabe, pois, às autarquias dotarem os seus concelhos de equipamentos e espaços, onde os cidadãos possam praticar desporto e usufruir de momentos de lazer. -----

O slogan ‘*o Futuro é dos jovens*’, tem sido apenas uma ferramenta de propaganda, pois na prática, a autarquia tem-se recusado ao longo dos anos a criar equipamentos e meios adequados para que os jovens possam vivenciar a sua juventude em pleno! -----

Hoje, a prática dos chamados desportos radicais está devidamente incorporada nos hábitos das nossas populações mais jovens, sendo também uma prática desportiva sadia, promotora de lazer, criadora de redes sociais e de hábitos de vida que combatem o sedentarismo. Podem até desenvolver economicamente as comunidades onde estão instalados os equipamentos direcionados para a prática de atividades radicais. -----

É notória a falta de equipamentos públicos para a prática de desporto no concelho de Santa Maria da Feira. Dos poucos que existem, alguns estão votados ao abandono. -----

Urge, assim, criar e dinamizar uma rede efetiva de equipamentos desportivos de acesso gratuito aos munícipes do concelho. -----

Não basta afirmar que é necessário que haja um crescimento demográfico, há que primeiro



criar as condições necessárias. Uma das condições passa pela criação de parques infantis devidamente equipados. -----

Os parques infantis têm como objetivo permitir uma catividade lúdica, estimulando o movimento e a interação entre as crianças, sendo, nessa perspetiva, a criação de novos parques infantis importantes, pois permitam às crianças brincar e conviver entre elas. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 17 de fevereiro de 2017, recomenda ao Executivo: -----

1. Que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira proceda há construção de uma rede de *Skate Parks* no concelho, que estejam ao serviço dos jovens do nosso concelho e todos os jovens que nos visitem. -----
2. A criação de novos equipamentos desportivos públicos de acesso gratuito às populações e a Manutenção dos equipamentos desportivos já existentes. -----
3. A construção de novos parques infantis devidamente equipados e que cumpram com todas as normas de segurança previstas na legislação em vigor.” -----

“COMBATE À PRECARIIDADE NA AUTARQUIA DE SANTA MARIA DA FEIRA-----

Foi divulgado na sexta-feira, dia 3 de fevereiro de 2017, o Relatório “Levantamento dos instrumentos de contratação de natureza temporária na Administração Pública”, desencadeado pelo n.º 2 do artigo 19.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2016 (LOE2016), para a prossecução de uma “estratégia plurianual de combate à precariedade” (n.º 1 do mesmo artigo). -----

Os dados reportados têm data de referência de 30 de junho de 2016, e respeitam a “instrumentos de contratação utilizados pelos serviços, organismos e entidades da Administração Pública e do Setor Empresarial do Estado, nomeadamente com recurso a Contratos Emprego-Inserção, estágios, bolsas de investigação ou contratos de prestação de serviços” (n.º 2 do artigo 19.º da LOE2016). -----

Em Anexo ao Relatório supra, são identificados 8.064 CEI e CEI+ no total dos municípios (12.738 se incluídas todas as instâncias da administração local como freguesias e comunidades intermunicipais), e 194 no setor empresarial local. Excluídos os contratos a termo resolutivo, CEI e CEI+ é de longe a modalidade de vínculo precário mais utilizada na administração local. -----



Considerando que: -----

Com a aprovação do Orçamento do Estado para 2016, o Governo devolveu a autonomia e as responsabilidades das autarquias locais no combate à precariedade laboral, através do uso dos seus instrumentos em matéria de recrutamento e gestão de trabalhadores;-----

Os contratos de Emprego-Inserção (CEI e CEI+), muitos Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), prestações de serviços (quer em regime de avença quer à tarefa), além da prestação de trabalho intermediada por Empresas de Trabalho Temporário e outras subcontratações, correspondem de facto a necessidades permanentes e subordinadas, tratando-se assim de recursos iníquos, indignos, que desrespeitam a vida dos trabalhadores e das trabalhadoras precarizando-a, comprometendo além disso a produtividade de cada um e de cada uma e do serviço público prestado;-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 17 de fevereiro de 2017, recomenda ao Executivo que, no prazo máximo de seis meses: -----

1. Crie uma comissão, com a participação da autarquia e de representantes das e dos trabalhadores, que identifique os vínculos atípicos das modalidades de contratação de natureza temporária e quantifique, em cada serviço e organismo, todas as necessidades permanentes preenchidas através destas modalidades precárias de emprego; -----

2. Reveja o Mapa de Pessoal do município e empresa municipais, considerando as reais necessidades permanentes; -----

3. Promova a integração dos e das precários/as, que se determine respondam a uma necessidade subordinada e permanente, abrindo concursos públicos para a celebração de contratos de trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, em que a experiência no exercício concreto da função seja um critério majorado.” -----

“MAIOR TRANSPARÊNCIA NA AUTARQUIA -----

Num tempo em que os populismos crescem à nossa volta é obrigatório fortalecer a democracia, e as autarquias são um dos pilares da nossa democracia, onde as e os eleitos estão mais próximo de quem as e os elegeu. -----

Uma das formas mais eficazes de o fazer é facilitar aos munícipes o acesso a toda a informação necessária que lhes permita escrutinar todos os atos das autarquias e assim poderem participar no debate acerca das decisões tomadas pelas autarquias.-----



A falta desta informação, ou a dificuldade de acesso, favorece o alastramento destes populismos, que se alimentam da falta de transparência das instituições e do desconhecimento dos interesses de quem exerce cargos que permitem tomar decisões que afetam a nossa vida coletiva.-----

Os avanços tecnológicos e o esforço de modernização das autarquias e do Estado central, fazem com que a disponibilização desta informação em portais acessíveis a todas e a todos seja possível e célere, o que é fundamental para o escrutínio dos seus atos. Assim a democracia é reforçada e os populismos efetivamente combativos.-----

O portal da autarquia é por isso fundamental para que as e os munícipes possam ter acesso a toda a informação necessária para escrutinar efetivamente os atos de quem dirige o nosso município, onde se inclui a empresa municipal e órgãos, associações e parcerias das quais o município faz parte.-----

Atualmente o portal da autarquia apenas apresenta as atas das reuniões do executivo, apenas desde 2015, as atas da assembleia municipal, os planos de atividades e orçamento, relatórios de atividades e contas, composição dos órgãos eleitos e apenas o CV do presidente do Executivo e alguns avisos diversos.-----

Falta muita informação essencial entre a qual se destaca falta da documentação que serve de base às tomadas de decisão das reuniões do executivo e assembleia municipal; o registo de interesses e patrimonial e CV de quem toma as decisões; informação acerca da contratação pública; publicação de informações sobre os processos de seleção de pessoal; etc.-----

Mais uma vez, o Bloco de Esquerda sublinha a necessidade de haver divulgação sobre todos os documentos discutidos na Assembleia Municipal, nomeadamente moções e recomendações e respetivas votações, assim como a possibilidade de transmissão e gravação das reuniões dos órgãos autárquicos.-----

E a falta de usabilidade e qualidade do motor de busca do portal, que é fundamental para o munícipe encontrar a informação que procura, é gritante.-----

Num estudo recente acerca da transparência dos portais das autarquias, o portal da autarquia é o 212.º menos transparente em 2016, aumentando consideravelmente a falta de transparência do portal em relação a 2015.-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida em 17 de fevereiro de 2017, recomenda ao Executivo que:-----



1. Proceda à remodelação do portal da Autarquia de forma a que: -----
 - a) Respeite as boas práticas na transparência das entidades públicas;-----
 - b) Respeite as boas práticas de usabilidade e acessibilidade, em todas as plataformas digitais; -
2. Publique no seu site todos os documentos discutidos e votados nas sessões da Assembleia Municipal, assim como as votações finais dos mesmos; -----
3. Disponibilize a transmissão em direto e a gravação das reuniões da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal; -----
4. Divulgue informação acerca de: -----
 - a) Organização, composição social e funcionamento dos órgãos autárquicos; -----
 - b) Currículo, registo de interesses, rendimento e património dos membros do Executivo com pelouro; -----
 - c) Impostos, taxas, tarifas, preços e regulamentos em vigor no município; -----
 - d) Ajustes Diretos e contratações feitas pelo município, nomeadamente entidades, valor, justificação e fins.”-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) para apresentar duas moções e uma recomendação cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

“MOÇÃO – 40 ANOS DAS PRIMEIRAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS -----

Comemorou-se em 2016 os 40 anos das primeiras Eleições Autárquicas. -----

A Revolução de Abril de 1974, desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), culminando uma longa e heroica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais. -----

O 25 de Abril, entre outras conquistas, deu aos portugueses a possibilidade de participarem e intervirem na resolução dos problemas locais, e a capacidade de eleger e ser eleitos para os órgãos das autarquias locais. -----

A 12 de Dezembro de 1976, no seguimento dum intenso e fecundo trabalho realizado com uma ampla participação popular, pelas comissões administrativas dos municípios e freguesias, criadas logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, realizaram-se em Portugal as primeiras eleições democráticas para as autarquias locais, nos 304 municípios e 4034 freguesias então existentes.

O Poder Local Democrático constitui uma das mais significativas transformações



democráticas operadas com o 25 de Abril. Parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder⁶³⁺⁶⁺⁶⁺, é amplamente participado, plural, colegial, democrático e dotado de autonomia administrativa e financeira. Está consagrado na Constituição da República Portuguesa. -----

O Poder Local Democrático afirmou-se, operando profundas transformações sociais, com importante intervenção na melhoria das condições de vida das populações e superando enormes carências, incluindo na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências. -----

Indiferente à importância que o Poder Local representa para as populações e para a resolução de muitos dos seus problemas, os sucessivos governos têm prosseguido o ataque ao Poder Local, à sua autonomia e a elementos essenciais, com destaque para os obstáculos ao processo da regionalização, ainda por concretizar apesar de consagrado na Constituição, as consecutivas alterações ao regime jurídico e financeiro das autarquias e ultimamente o contestado processo de extinção e fusão de freguesias. -----

As comemorações dos 40 anos das primeiras eleições autárquicas, devem ser um momento para afirmar a importância e o papel do Poder Local Democrático, e o que representa como espaço de afirmação e realização de direitos e aspirações populares. -----

Um momento de convergência e unidade dos democratas, em defesa do Poder Local Democrático e dos valores de Abril, consagrados na Constituição da República. -----

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida a 17/02/2017, delibera: -----

1. Saudar as primeiras eleições autárquicas, realizadas a 12 de Dezembro de 1976, e as transformações económicas, sociais e culturais operadas pelo Poder Local Democrático ao longo destes 40 anos. -----

2. Reclamar para as autarquias locais, a autonomia e os meios necessários para responder às necessidades e anseios das populações e do desenvolvimento local, assim como a reposição de freguesias, conforme a vontade das populações e dos órgãos autárquicos e a criação das regiões administrativas, conforme consagrado na Constituição da República Portuguesa.”-----

“MOÇÃO – DIA INTERNACIONAL DA MULHER -----

Considerando: -----



- a constatação de que as mulheres eram as mais pobres e exploradas, entre os explorados, levou a que, em 1910, Clara Zetkin tenha proposto, numa conferência internacional de mulheres realizada em Copenhaga que, todos os anos, se dedicasse um dia de celebração das lutas heroicas das mulheres pelo direito a um trabalho digno e em igualdade com os homens, bem como se reclamasse o direito ao voto e a uma vida sem discriminações; -----
- em vários países, em 1911, o Dia Internacional da Mulher viria a ser celebrado pela primeira vez e, a partir de 1975, é a própria ONU que, declara o Dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher; -----
- as comemorações do 8 de março continuam a ser fundamentais para homenagear as mulheres que lutaram e lutam pelos seus direitos, contra a discriminação, reclamando a exigência das condições necessárias para que tenham uma vida digna. -----

Hoje, constatamos que:-----

- nos últimos anos, as mulheres têm sido as principais vítimas da perda de direitos; -----
- o Fórum Económico Mundial concluiu, em 2016, que a desigualdade económica entre homens e mulheres recuou para valores de 2008, prevendo-se que a desigualdade se extinga apenas daqui a 170 anos (contra os 108 anos previstos em 2015 pela mesma organização; -----
- segundo o Fórum Económico Mundial, de 144 países analisados relativamente a igualdade entre géneros, Portugal fica apenas em 31.º no ranking para igualdade económica, 46.º na participação e oportunidade, em 63.º na educação, 76.º na saúde e 36.º no poder político; ---
- o aprofundamento, a que se vem assistindo, do aumento da pobreza e da exclusão social, de todas as formas de violência, incluindo a violência doméstica, da prostituição e do tráfico de pessoas, dos problemas das pessoas imigrantes, refugiadas ou com deficiência, que têm atingido, de forma mais dramática as mulheres, colocando-as, ainda mais, numa situação de vulnerabilidade e desigualdade. -----

Assim, e porque se aproxima o Dia Internacional da Mulher, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 17 de fevereiro, não podia deixar de se associar a esta comemoração, pelo que delibera:-----

1. saudar todas as mulheres, de Portugal e do mundo, celebrando o Dia Internacional da Mulher, homenageando a sua luta; -----
2. exortar todas as mulheres para que, à semelhança das que há mais de 100 anos saíram às



ruas, em defesa dos seus direitos, continuem essa luta pela plena igualdade, em todas as circunstâncias da sua vida, seja no espaço público, seja no privado;-----

3. reclamar um rumo novo que vise a promoção de medidas, no plano político, económico e social, que concretizem a igualdade de direitos entre mulheres e homens.” -----

“RECOMENDAÇÃO – MOBILIDADE NO CONCELHO DE SANTA MARIA DA FEIRA -----

Assunto: Transportes públicos em Santa Maria da Feira-----

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira-----

No respeitante à mobilidade e transportes, no município de Santa Maria da Feira, nas últimas décadas a aposta principal (praticamente única) foi para os transportes privados assentes única e exclusivamente na rodovia. Assistiu-se à promoção do automóvel em detrimento dos transportes não poluentes e dos transportes coletivos e principalmente dos transportes públicos. -----

Não se assistiu à promoção, entre outros, do comboio, cuja Linha do Vale do Vouga atravessa o concelho. Levando a que o crescimento urbanístico desordenado ocorrido nos anos 80 e 90 do século passado cometessem a estação de Santa Maria da Feira para a periferia da cidade. Noutros casos mais recentes, não se promoveu a ligação das estações por outros meios de transporte, assim como não se promoveu a localização de serviços públicos perto das mesmas. Não se pode continuar a negar a insuficiência do serviço da “Transfeira” que não serve a generalidade da população. E aqui, também, não se pode negar as culpas dos sucessivos executivos que não fizeram uma aposta clara e concreta neste serviço. -----

A ausência de uma rede de transportes públicos, pensada e articulada considerando as necessidades dos feirenses é urgente. Esta rede iria permitir uma maior coesão entre todas as freguesias e um desenvolvimento assente em princípios sustentáveis e inclusivos para todos os feirenses. -----

Assim, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 17 de fevereiro de 2017, recomenda que:-----

1) Seja criada uma Comissão Municipal de Mobilidade com vista à criação de um Plano de Circulação que contemple a ligação a diversos transportes públicos numa rede que cubra todo o concelho, tendo em consideração as necessidades dos munícipes;-----

2) Gradualmente se proceda ao aumento dos serviços da Transfeira, com vista a dar resposta



- às reais necessidades do município;-----
- 3) Gradualmente se proceda à requalificação das paragens de autocarro com vista à criação de melhores condições para os cidadãos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida;--
 - 4) Se proceda à colocação de horários dos transportes nas paragens de autocarros;-----
 - 5) Se intervenha por uma requalificação das estações de comboio com vista à melhoria das suas condições principalmente para os cidadãos portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida;-----
 - 6) Se intervenha junto do Governo para que a Linha do Vale do Vouga seja renovada, requalificada e valorizada, e que sejam criadas as condições que incentivem a sua utilização.”-

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) para apresentar a moção cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“REABILITAÇÃO DA EN 223 ENTRE O NÓ DA A1 DE SANTA MARIA DA FEIRA E O NÓ DO IC2 ARRIFANA/ESCAPÃES -----

Foi publicada no Diário da República de 25 de setembro de 2015 a abertura de concurso público para a obra de beneficiação da EN 223 entre o nó de Arrifana do IC2 e o nó de Santa Maria da Feira da A1. O valor base ascendia a 3,2 milhões de euros, prevendo a intervenção ao nível do pavimento, da drenagem e das obras acessórias, para além a construção de três rotundas.-----

A iniciativa era o corolário de um conjunto de intervenções do PSD, em diversos fóruns, na defesa intransigente desta obra, absolutamente estruturante para Santa Maria da Feira e para uma das regiões mais exportadoras do país, num eixo que se estende por Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Espinho, mas que também inclui Vale de Cambra, Sever do Vouga e Arouca. O expoente máximo dessas iniciativas foi a aprovação, em março de 2015, pela Assembleia da República, de um projeto de resolução do PSD e do CDS-PP (N.º 1380/XII/4ª), no qual era recomendado que o governo definisse rapidamente um calendário para a requalificação da EN223 entre o nó de Arrifana do IC2 e o nó da A1 em Santa Maria da Feira já prevista no Plano de proximidade da então Estradas de Portugal (EP), assegurando a melhor articulação desta via com a rede de autoestradas A-32 e A-29.-----

O PSD desenvolvera um grande esforço em sede do Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (IEVA), onde se dizia: “a requalificação na EN 223 entre o



nó do IC2 de Arrifana e o IP1/A1 permite substituir parte assinalável do troço programado desta variante [Feira/Arouca], aproveitando a ligação do referido nó do IC2 ao nó da A32 a Nascente, onde desembocará o troço da variante Feira-Arouca com início em Mansores, com consequente redução do investimento inicialmente programado”.

A realização deste projeto apresenta uma enorme dimensão de intermodalidade, nomeadamente ao nível do transporte de mercadorias, potenciando a melhoria de ligações consideradas insuficientes à muito importante zona industrial localizada no eixo viário constituído pelos concelhos de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Santa Maria da Feira e Arouca. De resto, para este troço chegou a estar projetada uma via com perfil de autoestrada, no contexto da realização da variante Feira/Arouca, que seria bastante mais dispendiosa, o que levou os municípios envolvidos a concordarem que a beneficiação da EN 223 substituiria a ligação do nó da A1 ao nó da A32 em Pigeiros. Aproveitar-se-ia, assim, a ligação do nó do IC2 ao nó da A32 a Nascente, onde desembocará o troço da variante Feira-Arouca com início em Mansores, com consequente redução do investimento inicialmente previsto.

Em particular para Santa Maria da Feira, a obra é de valor incomensurável, uma vez que o troço em causa atravessa o centro urbano e é o principal acesso ao hospital S. Sebastião, sendo percorrido diariamente por milhares de viaturas, sofrendo constrangimentos graves em horas de ponta, ao escoar e a encaminhar o tráfego de e para a A1.

Sucedeu que, mesmo depois de o concurso ter sido aberto, de terem sido dados todos os passos previstos na lei – no que se inclui a análise e propostas concorrentes – na hora de ser assinado o contrato o atual governo suspendeu o processo, lançando para o caixote do lixo os projetos de resolução aprovados pela Assembleia da República, cativando o dinheiro que estava destinado a uma obra que deveria ter arrancado no final de 2016 e dada como concluída no presente ano, mantendo o constrangimento provocado por cerca de 30 mil viaturas por dia.

Assim, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata exorta a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira no sentido de que seja deliberado:

1. Recomendar ao governo que retome, de imediato, o processo na fase em que se encontrava, adjudicando, desde já, a obra de beneficiação da EN 223 entre o nó de Arrifana do IC-2 e o nó de Santa Maria da Feira da A-1.
2. Recomendar ao governo que retome, com urgência, o projeto de construção de túnel no



Handwritten signature and initials.

troço compreendido entre o nó da A-1 e o Hospital, para enterramento de parte da EN 223, ou apresente solução alternativa que unifique aquela zona da cidade-sede do concelho, que tem registado um crescimento assinalável nos últimos anos.”-----

O membro José Leão, após a apresentação da moção em epígrafe, aproveitou para manifestar qual a posição do grupo municipal do PSD relativamente às restantes moções e recomendações apresentadas, quer pelo BE quer pela CDU.-----

Sobre a recomendação para a criação de *skate parks*, de equipamentos desportivos e de parques infantis no concelho, disse que a mesma representa uma grande oportunidade para que se possa destacar o que tem sido feito, nesta área, pela Câmara. Referiu que o BE, ao criticar a ausência de áreas de lazer no Concelho, lhe permite destacar que se há trunfo que o Executivo possa apresentar, neste mandato, é exatamente nessa área, lembrando que foram feitos três pavilhões gimnodesportivos e catorze campos de relvado sintético. Comentou que se isso não é promoção de áreas de lazer então que não sabe o que é fazer essa promoção, fazendo notar que, naturalmente, o grupo municipal do PSD iria votar contra essa recomendação.-----

Quanto à recomendação sobre a maior transparência na Autarquia salientou que o ranking referido é perfeitamente ridículo, ressaltando que o próprio presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses também afirmou isso de forma categórica.-----

Frisou que todas as reuniões da Câmara Municipal são abertas ao público, que todas as atas das reuniões de Câmara e das sessões da Assembleia Municipal transmitem quase tudo o que é dito, quase de forma *ipsis verbis*, acrescentando que basta confrontar com o que se passa em muitos municípios, onde as atas apenas registam quem faz a intervenção, o assunto e nada mais, para constatar que é difícil encontrar maior transparência do que aquela que se encontra no município de Santa Maria da Feira.-----

Sobre a moção referente aos 40 anos das primeiras eleições autárquicas referiu que o grupo municipal do PSD tem pena de não a votar favoravelmente, fazendo notar que aquele grupo municipal subscreve quase na íntegra o que é dito mas que, contudo, a iria votar contra porque a mesma, na sua parte final, leva o assunto para a regionalização, aspeto que não tem a concordância do grupo municipal do PSD.-----

Informou que o grupo municipal do PSD iria votar a favor, evidentemente, a moção sobre o Dia Internacional da Mulher.-----



Relativamente à recomendação sobre a mobilidade no Concelho referiu que o grupo municipal do PSD a iria votar contra. Disse ser sabido que algumas das carreiras de autocarros deixaram de existir precisamente devido à falta de passageiros, comentando que, como se percebe, não pode andar um autocarro a fazer o circuito somente com uma pessoa. Realçou que, infelizmente, a Câmara não tem possibilidades de fazer muito mais do que ir alargando o circuito realizado pelo Transfeira, acrescentando que a matéria respeitante à mobilidade está a ser estudada e tratada dentro da própria Área Metropolitana do Porto. -----
Concluindo, o membro José Leão aludiu à recomendação sobre o combate à precariedade na autarquia de Santa Maria da Feira para dizer que o grupo municipal do PSD a votaria contra, fazendo sobressair que esse é um assunto que a Câmara, com ou sem a vontade do Bloco de Esquerda, resolve naturalmente, tal como tem resolvido todos os problemas, sem que para isso seja necessário criar uma comissão. -----

Interveio a deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) que, começando pela recomendação apresentada pelo BE quanto à criação de uma rede de *skate parks*, de equipamentos desportivos e de parques infantis do concelho, disse que o grupo municipal do PS a votava favoravelmente porque entende que o desporto vai para além do futebol e que é necessário recuperar os equipamentos desportivos, melhorar os existentes e contruir os que fazem falta, frisando que o futebol é importante mas que o desporto não se pode limitar a essa modalidade. Quanto à recomendação pelo combate à precariedade na autarquia de Santa Maria da Feira, referiu que o grupo municipal do PS também defende que a precariedade deve ser combatida e que o exemplo deve vir de cima, nomeadamente da Administração Pública Central e Local, salientando que quando fala em Local fala, designadamente, da Câmara Municipal. Disse que é preciso criar mecanismos para que as pessoas tenham estabilidade no emprego, para que possam constituir as suas famílias e as suas vidas de uma forma estável e com futuro. -----

Em relação à recomendação sobre a transparência na autarquia referiu que o grupo municipal do PS defende, naturalmente, a transparência, defende que os representantes do povo devem ser transparentes e que a democracia reforça-se sempre que há uma prestação de contas que todos percebam. Realçou que filmar e gravar as sessões das assembleias municipais, disponibilizando-as a todos, é um ato de transparência, reafirmando que prestar contas de uma forma clara e nos locais próprios é um ato de transparência. -----



Quanto aos 40 anos das primeiras eleições autárquicas, disse que o grupo municipal do PS é favorável a essa moção da CDU porque também defende a regionalização e o reforço do Poder Local, destacando que o Poder Local é o que está mais próximo das pessoas e o que mais dá resposta às necessidades das mesmas. Congratulou-se com o Poder Local Democrático porque foi através dele que veio a existir a liberdade, que veio permitir aos eleitos nesta Assembleia estarem neste Órgão a representar o povo, frisando que os mecanismos mencionados na moção permitiriam ao Poder Local ganhar profundidade na relação com as pessoas. -----

Relativamente à moção sobre o Dia Internacional da Mulher disse que, infelizmente, continua a ser uma necessidade comemorar este dia, apesar de tudo o que de muito bom já foi feito. Salientou que, contudo, muito ainda há a fazer, em particular na vergonha da violência doméstica que afeta mais as mulheres e, com elas, os seus filhos. Referiu lamentar e ficar preocupada com os ventos de mudança negativos que ocorrem pelo Mundo fora, nomeadamente na Rússia e na Turquia, onde a violência contra as mulheres está a ser tolerada, ressaltando que tal representa um retrocesso para a humanidade. Frisou que o grupo municipal do PS só pode estar a favor de tudo que possa criar mais paz para a humanidade e mais respeito para as mulheres, para os homens e para os filhos desta humanidade. -----

Sobre a recomendação relativa à mobilidade no concelho de Santa Maria da Feira disse que essa é uma das tremendas necessidades do Concelho, salientando que não há uma política de mobilidade para o Concelho. Referiu que as populações queixam-se que não há transportes públicos pelo que, nessa medida, há necessidade de criar mecanismos para que tais existam, articulando o sistema de carreiras com o sistema de transportes flexíveis, frisando que para isso é preciso que haja vontade. Disse que o PS tem essa vontade, que vai proporcionar e criar condições para que as pessoas no concelho de Santa Maria da Feira tenham possibilidades de ter transportes públicos capazes, que satisfaçam as suas necessidades, fazendo notar que o grupo municipal do PS votava favoravelmente essa recomendação. -----

Relativamente à moção apresentada pelo PSD sobre a reabilitação da EN223 entre o nó da A1 de Santa Maria da Feira e o nó da IC2 Arrifana/Escapães, disse que a necessidade dessa obra é reconhecida por todos, que todos querem a sua solução e que todos percebem que enquanto aquele grave problema não se resolver todos saem prejudicados. Salientou que, por isso, o grupo municipal do PS é favorável ao que está a ser proposto porque entende que, acima de



tudo, estão as pessoas do Concelho, independentemente de quem está no governo.-----
Concluindo a sua intervenção referiu ser da opinião que a obra não foi relegada para as
calendas porque o Governo diz que a mesma vai ser uma realidade já em 2018, dizendo que o
grupo municipal do PS acredita que assim venha a ser. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que, começando por aludir à recomendação
pela criação da rede de *skate parks*, de equipamentos desportivos e de parques infantis no
Concelho, referiu que o CDS-PP considera que o Concelho tem muitas estruturas que estão
quase ao abandono, salientando que a opção tomada, na altura, por quem geria os destinos da
Câmara Municipal, foi a de construir novos espaços. Disse não ter sido uma opção
devidamente pensada e concertada, e que o resultado disso é o verificado atualmente,
ressaltando que voltar a cair nessa deriva é perigoso. Frisou que, nessa medida, o CDS-PP
considera fundamental que seja criada uma Carta, eloquente e concisa, sobre uma perspetiva e
uma visão do futuro da política desportiva para o Concelho.-----

Disse ser do entendimento que construções avulsas acabam por derivar naquilo que, hoje, o
Concelho tem, ou seja, ringues completamente ao abandono, estruturas que pura e
simplesmente não são usadas, ressaltando que não se pode continuar a pactuar com tal tipo de
intervenção, feitas de forma extemporânea, mas sim que deve ser pensada uma estratégia
clara e objetiva que permita uma multiplicidade de opções em termos desportivos. Salientou
que, portanto, iria votar contra essa recomendação. -----

Em relação à recomendação sobre o combate à precariedade na autarquia de Santa Maria da
Feira referiu que é muito importante, desde há muito tempo, que a precariedade seja corrigida,
seja no setor público ou privado, ressaltando que o CDS-PP concorda com isso tal como
concorda que é preciso criar soluções que facilitem a vida das empresas, instituições e
organizações. -----

Disse que se há trabalhadores que estão abusiva e indevidamente a ser utilizados, seja em que
estrutura for, então que essa situação tem que ser corrigida, ressaltando que o governo assim
pensou e legislou nesse sentido, cabendo agora à Câmara Municipal, no caso em concreto,
chamar a si tais decisões. Referiu que não é pela criação de uma comissão que o problema vai
ser resolvido, mas sim pela sinergia que tem que haver entre a entidade patronal, no caso a
Câmara Municipal, e as entidades representativas dos trabalhadores, ressaltando ser através



dessa concertação que o problema deve ser resolvido e dirimido, e não através de uma comissão, pelo que o CDS-PP não iria acompanhar a recomendação. -----

Quanto à recomendação sobre a transparência na autarquia disse entender que o que consta da mesma não é uma questão de transparência, mas sim de informação, de prestação de uma melhor informação ou de melhores soluções informativas para os munícipes, salientando que isso é diferente de transparência. -----

Referiu ser entendimento do CDS-PP que é necessário intervir proativamente para promover mais e melhor informação aos cidadãos, daí concordar com muito daquilo que é dito na recomendação e achar por bem que a Câmara Municipal abrace novas soluções para melhor informar, para melhor interagir com os seus concidadãos. Referiu que o próprio Tribunal Constitucional é claro quanto à questão da transparência e estabelece uma série de orientações que têm que ser seguidas pelas entidades públicas, reafirmando contudo que, no entendimento do CDS-PP, não está em discussão a falta de transparência, mas sim a falta de capacitação de informar, daí se abster quanto a esta recomendação. -----

Sobre a moção relativa aos 40 anos das primeiras eleições autárquicas, disse ser claramente a favor de tudo o que a mesma diz com a exceção daquilo que é a busca da regionalização. Disse que tal posição não é porque, a título pessoal, não considere ser uma mais-valia mas sim porque representa, nesta Assembleia Municipal, uma força partidária e, como tal, sente-se na obrigação de respeitar aquilo que é a orientação e o interesse que a mesma tem em termos locais, pelo que se iria abster. -----

Quanto à moção sobre o Dia Internacional da Mulher disse que nada mais havia a acrescentar ao que já foi dito, nesta sessão, quanto a essa matéria, dando nota que acompanharia essa moção. -----

Em relação à recomendação sobre a mobilidade disse que, efetivamente, a mobilidade é um problema no Concelho, comentando que, contudo, essa questão não pode ser encarada como até agora, como sendo um problema estanque e interno. Salientou que Santa Maria da Feira pertence à Área Metropolitana do Porto e que a questão da mobilidade tem que ser pensada dentro dessa organização, de forma estruturada e elaborada, para que seja dada a devida resposta não somente ao concelho de Santa Maria da Feira, como aos demais concelhos que possam ter problemas a este nível, designadamente os localizados a sul e nascente da área metropolitana. -----



Disse ser opinião do CDS-PP que é dessa forma, com uma intervenção consertada, pensada e definida de forma clara e transparente, que se pode corrigir aquilo que são os défices no que respeita à mobilidade, pelo que não iria acompanhar a recomendação.-----

Sobre a moção relacionada com a reabilitação da EN 223 disse que o CDS-PP é claramente a favor, frisando que tudo o que vise a resolução de défices estruturais identificados no Concelho merecem a sua defesa. -----

Concluindo disse que, compreendendo que as opções políticas de quem está na tutela possam ser outras, iria sempre acompanhar aquilo que é a defesa intransigente dos interesses de Santa Maria da Feira, pelo que, nessa medida, votava favoravelmente a moção.-----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por referir que, após ouvir o membro José Leão anunciar o fim da precariedade na autarquia de Santa Maria da Feira, então que fica à espera que a mesma integre todos os precários que tem, que substitua os vínculos precários por vínculos efetivos, que acabe com o recurso a contratos de Emprego-Inserção. Disse também ficar à espera que a empresa municipal acabe com a adjudicação, ano após ano, para preencher necessidades que são permanentes, e que espera ainda que esse esforço se estenda às juntas de freguesia para que regularizem os seus precários, comentando que, estando essa matéria dentro das competências da Autarquia, seria muito mau caso a mesma não desse essa dignidade ao trabalho. -----

Sobre a questão dos equipamentos desportivos disse que fará chegar várias imagens de equipamentos desportivos que estão ao abandono, com os quais se depara nas visitas que faz ao Concelho, ou que as apresentará na próxima sessão da Assembleia para que todos percebam que o membro José Leão já se rendeu à teoria dos factos alternativos e que pouco lhe interessa a realidade. -----

Em relação à questão da transparência na Autarquia disse que fica em aberto o porquê de alguns não quererem que sejam transmitidas as reuniões da Assembleia e da Câmara Municipal, o porquê de terem medo que as pessoas vejam o que é discutido e votado, o porquê de não quererem simplificar a forma de acesso à informação, questionando de que é que têm medo essas pessoas. -----

Entretanto, durante a discussão das moções e recomendações, entraram os membros Rui



6
[Handwritten signature]

Ribeiro, Carla Pereira, Lia Ferreira, Márcio Correia e Margarida Alfama – em substituição da deputada municipal Maria da Fátima Bastos Oliveira.-----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu a votação as moções e recomendações apresentadas, tendo-se verificado os seguintes resultados:-----

– *Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Criação de uma rede de skate parks, de equipamentos desportivos e de parques infantis no concelho”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 19 votos a favor (PS: 17, CDU, BE), 29 votos contra (PSD: 27, CDS-PP, IND.) e 1 abstenção (PS – Maria Manuela Teixeira), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Combate à precariedade na autarquia de Santa Maria da Feira”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor (PS: 15, CDU, BE), 29 votos contra (PSD: 27, CDS-PP, IND.) e 3 abstenções (PS – Maria Manuela Teixeira, Valdemar Silva e Rui Alves Rios), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Recomendação apresentada pelo membro Moisés Ferreira (BE) intitulada “Maior transparência na Autarquia”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor (PS: 16, CDU, BE), 28 votos contra (PSD: 27, IND.) e 3 abstenções (CDS-PP, PS: 2 – Maria Manuela Teixeira e Rui Alves Rios), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– *Moção apresentada pelo membro José Leão (PSD) intitulada “Reabilitação da EN 223 entre o nó da A1 de Santa Maria da Feira e o nó do IC2 Arrifana/Escapães”*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 49 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se



Handwritten signature and initials in the top right corner.

dá aqui por transcrito. -----

- *Moção apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada "40 Anos das Primeiras Eleições Autárquicas"*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 18, CDU, BE), 27 votos contra (PSD: 26, IND.) e 2 abstenções (CDS-PP, PSD – António Domingues Pereira), rejeitar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Moção apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada "Dia Internacional da Mulher"*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 49 dos 54 membros que compõem este Órgão, aprovar a moção em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

- *Recomendação apresentada pelo membro Filipe Moreira (CDU) intitulada "Mobilidade no concelho de Santa Maria da Feira"*:-----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 votos a favor (PS: 18, CDU, BE) e 29 votos contra (PSD: 27, CDS-PP, IND.), rejeitar a recomendação em epígrafe, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito.-----

De seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia*, uma vez não esgotado o tempo regimental estabelecido para este Período de Antes da Ordem do Dia, abriu as inscrições para o caso de algum membro querer colocar alguma questão à Câmara. Feitas as inscrições à Mesa, passou a palavra ao membro Manuel Santos. -----

Interveio o membro *Manuel Santos* (PS) que referiu que estava a decorrer uma obra na Zona Industrial de Fiães, em Monte Grande, no troço sobre a via romana, não na área para onde está projetada uma estrada mas no local imediatamente a seguir. Questionou à Câmara o que está a acontecer naquele local, o que é está para ali projetado.-----



Interveio a deputada municipal **Margarida Gariso** (PS), que começou por dizer que o seu pedido de esclarecimento também se prendia com a Zona Industrial de Fiães. Disse que tem andado a visitar o Concelho, particularmente as zonas industriais, e que constatou que a Zona Industrial de Fiães, tal como outras, enferma de falta de sinalização, de marcação, de sinalética, e que tem uma péssima rede viária bem como um grave problema relacionado com os três acessos àquela zona industrial. -----

Salientou que, felizmente, estão a surgir mais algumas unidades industriais naquela zona industrial, mas que, contudo, presenciou um conflito no acesso à mesma por parte dos camiões de grande porte, e que lhe foi testemunhado, quer pelos empresários quer pelas pessoas que residem naquele local, que tal situação acontece com frequência. -----

Questionou quando é que a Câmara Municipal vai dar cumprimento às promessas de requalificação das zona industriais bem como para quando uma solução urgente para os acessos à Zona Industrial de Fiães, comentando que essa situação está a criar grandes constrangimentos a quem lá vive, a quem lá trabalha e a quem lá quer investir. -----

Concluindo, sublinhou que é preciso encontrar uma solução para aquelas acessibilidades, para que os empresários e os trabalhadores possam fazer aquilo a que se destina uma zona industrial, para que haja mais indústrias e mais emprego, frisando ser isso que pretende. -----

Interveio o membro **Moisés Ferreira** (BE) que começou por fazer uma questão à Câmara relacionada com o Centro Escolar de Mosteirô. Disse ter chegado ao BE a informação de que existiriam problemas na ligação daquele centro escolar à rede de saneamento, até pela frequência com que o limpa-fossas é chamado, pedindo esclarecimentos relativamente a essa matéria. -----

Referiu que a segunda questão tem a ver com a intenção anunciada, tanto pelo PSD como pela Câmara Municipal, de constituir um centro escolar nas instalações da antiga EB 2,3 Fernando Pessoa. Disse que essa intenção é justificada, pelo menos da parte do PSD, pela necessidade de ali concentrar algumas instalações de pré-primárias e primárias existentes na freguesia de Santa Maria da Feira, questionando à Câmara se pretende encerrar escolas, e quais, para constituir um centro escolar nas instalações da antiga EB 2,3 Fernando Pessoa. -----

Interveio o membro **Filipe Moreira** (CDU) que começou por dar nota que a CDU andou a



fazer um périplo pelo Município à procura dos parques de recreio e de jogo, e que tal originou um requerimento feito à Câmara Municipal a solicitar os relatórios de vistoria desses parques, que são obrigatórios por lei, e dos equipamentos em específico. Salientou que a resposta a esse requerimento ainda será dada mas que aproveitava para perguntar à Câmara, desde já, o porquê de praticamente todos os parques municipais de jogo e de recreio não terem indicação, por exemplo, dos números de telefone de urgência, do proprietário, das normas de utilização e das normas de segurança do parque. Disse que tal situação verifica-se, por exemplo, nos campos de jogos dos bairros sociais que estão sob o domínio da Câmara, comentando que, para além dessa falta de informação, os mesmos encontram-se, na sua maioria, ao abandono e bastante degradados.-----

Referiu que outra questão prende-se com a Estrada Nacional que atravessa Fornos, salientando que a mesma tem a particularidade de ter uma escada, um degrau para baixo e, depois, um degrau para cima, uma vez que se aguarda que a Câmara construa uma rotunda naquele local, prometida há vários anos. Disse que a obra ficou ao encargo da Câmara Municipal, apesar de se tratar de uma estrada nacional, mencionando que as guias dos passeios já estão pensadas com vista à construção da rotunda, que o asfalto foi colocado pelas Infraestruturas de Portugal com exceção do local da futura rotunda, questionando o porquê de a Câmara Municipal ainda não ter procedido a essa obra.-----

Prosseguiu dizendo que a terceira questão prende-se com a Indaqua Feira, salientando que gostaria de saber se a Câmara Municipal tem recebido queixas dos munícipes no respeitante à falta de cumprimento daquilo que são os serviços mínimos a ser prestados pela Indaqua Feira. Fez notar que a CDU tem conhecimento de que, em várias freguesias, foram registadas queixas de munícipes relacionadas, por exemplo, com inundações de prédios, realçando que tais inundações aconteceram porque a Indaqua fez as obras e, depois, a Câmara aprovou-as sem ter vistoriado como devia, ressaltando que tais obras resultam em inundações quando chove.-----

Concluindo, salientou que os munícipes deram nota que se foram queixar à Indaqua Feira dessa situação, que esta, por sua vez, os empurraram para a Câmara mas que a Câmara não lhes dá resposta, comentando que, à conta disso, os munícipes vão tendo os seus prédios inundados.-----



Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que começou por questionar à Câmara qual o ponto da situação do PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria.-----

Ainda no âmbito dos parques industriais disse que o governo lançou, recentemente, um programa de 180 milhões de euros para aplicar em parques industriais, em melhores soluções, em melhores vias, em melhores estruturas. Questionou se a Câmara Municipal se candidatou a esse programa, se vai ser contemplada com alguma verba, ou se há alguma situação que esteja a ser agilizada nesse âmbito. -----

Disse que outra questão prende-se com a possibilidade das autarquias terem mais poderes em diversas áreas, fruto do que foi decidido pelo governo. Comentou que a área da Educação é já um exemplo perfeitamente compaginado, e que gostaria de perceber se existe alguma visão ou alguma estratégia da Câmara na área da Saúde, designadamente na parte dos cuidados de saúde primários. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Maria José Santos* (PSD), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Grupo Municipal Social Democrata não pode deixar de se congratular (e fazemo-lo com um desmedido orgulho) pelos prémios, nacionais e internacionais, que distinguiram Santa Maria da Feira em 24 de janeiro passado, atribuídos aos 2 grandes eventos culturais do nosso concelho: Viagem Medieval em Terra de Santa Maria, uma organização conjunta da Câmara Municipal, da empresa municipal Feira Viva e da Federação das Coletividades de Cultura e Recreio do Concelho e Imaginarius – Festival Internacional de Teatro de Rua de Santa Maria da Feira. -----

Está, pois, de parabéns a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, o sr. Presidente e os senhores Vereadores, e todos os que se têm empenhado nestes 2 eventos que constituem uma referência cultural do país e do estrangeiro e que são já uma marca identitária do nosso concelho. -----

E quando digo todos, refiro-me, de facto, a todos, porque os grandes projetos também têm história: lembro os que, há 2 décadas atrás, sonharam e implementaram estes desafios que agora constituem parte integrante do nosso quotidiano cultural: o então Presidente Alfredo Henriques, e os Vereadores da Cultura José Manuel Leão e Carlos Martins. Mas saúdo



também todos os diferentes vereadores que, ao longo destes 20 anos (e não me refiro só aos senhores vereadores da cultura porque, pela sua dimensão, estes projetos são transversais a todo o executivo), as diferentes Associações do concelho que, de um modo inexcedível, contribuíram (e contribuem) para a afirmação das singularidades do nosso território, e, obviamente, os colaboradores da Câmara Municipal que nesses períodos de intenso trabalho e desgaste não deixam que o cansaço perturbe a vontade de fazer o seu melhor. -----

Em última análise, é esta a essência da atribuição dos prémios: o contributo de cada um para o sucesso de uma realização coletiva. E, neste sentido, é também com muito orgulho que o Grupo Municipal do PSD se congratula com o Prémio “Personalidades dos Eventos 2016”, atribuído, no mesmo dia 24 de janeiro, ao Vereador da Cultura, Turismo, Bibliotecas e Museus, Dr. Gil Ferreira: um jovem autarca que nos surpreendeu pela abertura de pensamento, pela criatividade, pela capacidade de trabalho e dinamismo e, acima de tudo, pela qualidade e sentido de exigência com que tem pautado o trabalho desenvolvido ao longo deste mandato. -----

E por isso, não podemos deixar de manifestar a nossa indignação (e tristeza) pelas vozes (ainda que isoladas) que, de um modo precipitado, pretenderam desvalorizar e, mais grave ainda, denegrir, a atribuição deste prémio ao Vereador Gil Ferreira. E quando dizemos “de um modo precipitado”, não o fazemos por acaso: possivelmente, se tivessem tido o cuidado de se inteirar do contexto real dos factos, não teriam perdido tempo a perturbar a opinião pública com opiniões sem fundamentado e gravemente ofensivas. -----

Que, pensando bem, não têm qualquer significado porque não irão ficar para o futuro. Para o futuro, fica o contributo que o Vereador da Cultura e a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira estão a dar ao longo deste mandato para a consolidação de uma prática cultural com qualidade, que alicerce a nossa identidade e a preserve para as gerações futuras deste concelho.” -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara*, para dar os devidos esclarecimentos. Começando pela questão colocada pelo membro Manuel Santos sobre o que estaria a acontecer no lugar de Monte Grande, em Fiães, disse que, segundo sabia, foi efetuada uma limpeza ao local, que estava cheio de entulho, para que seja ali feita uma pavimentação. -----
Sobre a questão colocada pela deputada municipal Margarida Gariso relacionada com os



acessos à Zona Industrial de Fiães informou que a Câmara está a negociar com o proprietário do terreno situado na entrada sul, junto ao Monte Grande, reconhecendo que, de facto, há um estrangulamento naquela entrada. Deu nota que já foi apresentada uma proposta ao proprietário mas que o mesmo tem sido um negociador difícil, realçando que sem acordo não será possível avançar para a resolução daquela situação, dizendo esperar que a negociação conduza a bom termo. -----

Sobre a necessidade de captar indústrias disse que a deputada municipal Margarida Gariso, na visita que efetuou à Zona Industrial de Fiães, terá tido a oportunidade de constatar que aquela zona industrial ferve de atividade, que deve ter visto imensas gruas nas fábricas que estão lá a ser construídas. Referiu que, infelizmente, não existem mais lotes para vender naquela zona industrial, informando que mais houvesse e seriam vendidos por força da atividade que a Câmara tem desenvolvido, com vista à captação de investimento e de incentivo aos empresários na obtenção das suas unidades industriais. -----

Realçou que as zonas industriais de Fiães, de Paços de Brandão/Rio Meão, de Lourosa, estão esgotadas e que caso não se tivesse atempadamente planeado o parque empresarial PERM e o Lusopark, situado a norte do Europarque, o Concelho não teria nenhum lote disponível para venda, a menos que aparecesse alguma situação pontual de uma ou outra fábrica que entrasse em insolvência, fazendo sobressair que o Concelho está extremamente pujante nessa área. -----

Em relação à questão colocada pelo membro Moisés Ferreira sobre um eventual problema na ligação do Centro Escolar de Mosteirô à rede de saneamento, disse desconhecer e que iria mandar averiguar, para o caso de haver alguma questão técnica que seja preciso resolver. -----

Sobre a intenção de se instalar um Centro Escolar na antiga E.B. 2,3 Fernando Pessoa disse que essa intenção já existe há muitos anos, que é anterior à sua presidência, informando que a Câmara aguarda que o Ministério da Educação lhe ceda o terreno para que possa fazer, naquele local, obras de adaptação. Disse que a ideia será transferir a escola localizada junto ao Cineteatro António Lamoso, recordando que está previsto para aquele local a construção de uma rotunda, para substituir os semáforos ali existentes, realçando que logo que haja condições para transferir os alunos, essa escola será demolida. -----

Em relação às questões colocadas pelo membro Filipe Moreira disse, quanto à questão de que faltará alguma informação nos parques de jogos e de recreio, que pensa que a generalidade desses parques terão essa informação, acrescentando que alguns dos parques são da



Handwritten signature and initials in the top right corner.

responsabilidade das juntas de freguesia e que outros surgiram dentro de empreendimentos habitacionais. Destacou ser política da Câmara, sempre que as vistorias indicam que os parques não reúnem as condições necessárias, encerrá-los até que reúnam tais condições. -----

Sobre a questão da pavimentação na EN 109-4, em Fornos, disse que a pavimentação não foi efetuada pela Infraestruturas de Portugal, mas sim pela Câmara, realçando que só não foi pavimentado o pequeno troço mencionado pelo membro Filipe Moreira porque existe um projeto de construção de uma rotunda naquele local, que aguarda ser aprovado pela Infraestruturas de Portugal, pelo que não foi pavimentado para não se desperdiçar dinheiro.-----

Em relação à questão das alegadas inundações e se a Indaqua Feira tem cumprido com os seus serviços, disse admitir que possa ter acontecido uma ou outra situação, salientando que, por vezes, tal acontece devido a casos de águas pluviais mal ligadas à rede. Realçou que também podem verificar-se casos de entupimentos na rede interna e que, nessas situações, a Indaqua Feira não tem culpa, acrescentando que caso exista algum problema de funcionamento nos sistemas de saneamento então que a Indaqua Feira, com certeza, resolverá o problema. -----

Relativamente às questões colocadas pelo membro Válter Amorim informou que as obras do parque empresarial PERM estão concluídas há largos meses e que, neste momento, já estão a ser construídas algumas fábricas naquele parque empresarial, aguardando outras por aprovação, sublinhando ser um processo que está a decorrer normalmente. -----

Sobre a questão dos apoios recentes publicitados pelo Estado disse que os mesmos têm a ver, essencialmente, com a construção de ligações de zonas industriais ou algumas ampliações, informando que foram identificadas as zonas industriais que vão ser apoiadas mas que não há nenhum caso no município de Santa Maria da Feira. -----

Quanto a qual é a perspetiva da Câmara, na área da Saúde, no processo de descentralização de competências que o governo está a promover, disse que, até ao momento, as competências da Câmara, nessa área, são quase nulas. Salientou que a Câmara, apesar disso, há mais de dez anos que tem vindo a fazer um trabalho muito importante com o Ministério da Saúde, que permite ao Concelho ter, provavelmente, a melhor cobertura de médicos de família do País, o maior número de Unidades de Saúde Familiar do País. Sublinhou que, em termos de qualidade e de resposta na Saúde, Santa Maria da Feira é, provavelmente, o melhor município do País, fruto desse mesmo trabalho.-----

Referiu que estão em perspetiva alguns investimentos no futuro, inclusive a ideia de uma



Handwritten signature and initials in the top right corner.

unidade móvel de cuidados de saúde às pessoas idosas, em suas casas, bem como outras ideias que estão a ser trabalhadas e que irão melhorar, ainda mais, a oferta no Concelho no que respeita ao sistema de saúde. -----

Ainda sobre a transferência para os municípios de competências na área da Saúde disse que a perspectiva é que envolva somente a responsabilidade dos equipamentos e alguns assistentes operacionais, ressaltando que, em termos de políticas da saúde, não terá grande influência. Fez notar que concorda com essa transferência porque, na maior parte das vezes, não existem estruturas técnicas nem capacidade de resposta para fazer pequenas obras que sejam necessárias nesses equipamentos, e que a Câmara pode assumir fazê-las desde que essa transferência seja acompanhada das verbas necessárias para as obras. -----

Em relação ao proferido pela deputada municipal Maria José Santos quanto aos prémios internacionais que foram atribuídos a Santa Maria da Feira disse que, no seu entender, seria justo que fossem atribuídos aos 140 mil feirenses que tanto têm feito, nos últimos 20 anos, pela promoção do território de Santa Maria da Feira. -----

Referiu que o Município, nos últimos anos, tem apostado na internacionalização dos seus eventos, da sua economia, na exportação dos seus produtos e na capacidade das suas gentes, e que alguns resultados já estão a ser obtidos. Frisou que o mérito é dos feirenses que se têm envolvido de corpo e alma nesses projetos, reafirmando que os prémios mencionados são de toda a gente do município de Santa Maria da Feira. -----

Entretanto, haviam entrado os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia de Fiães – António Valdemar Ribeiro, Lourosa – Armando Teixeira, e Mozelos – José Carlos Silva. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1 – Atas: -----

- Ata N.º 18 – Sessão Ordinária de 3 de novembro de 2016 -----

- Ata N.º 19 – Sessão Extraordinária de 9 de janeiro de 2017 -----

O Sr. *Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos Srs. membros as atas em epígrafe que lhes foram previamente enviadas, dando nota que não era necessário, na votação das atas, fazer a discriminação do sentido de voto de cada grupo ou deputado municipal – como estipula o artigo 42.º do Regimento em vigor –, dizendo que os membros que se iriam abster o



fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. --
Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor das atas, o Sr.
Presidente da Assembleia submeteu-as, de seguida, a votação.-----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 47 votos a favor e 5 abstenções
(Teresa Pereira, Margarida Alfama, Justino Pinto, Manuel Coimbra, Fernando Adriano
Pinho), aprovar a Ata N.º 18, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 3 de
novembro de 2016.-----

Mais deliberou, com a mesma votação, aprovar a Ata N.º 19, referente à Sessão
Extraordinária da Assembleia Municipal de 9 de janeiro de 2017.-----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do I Relatório
de 2017, informação escrita dada pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara onde se sintetiza a
atividade financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, a listagem das obras e
fornecimentos adjudicados, bem como uma análise síntese ao PAEL, documento
oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor
se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas –
submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) que começou por dizer que, numa anterior sessão da
Assembleia, solicitou que a listagem de obras e fornecimentos adjudicados contemplasse mais
informação, nomeadamente se as adjudicações são feitas por ajuste direto ou por concurso
público, mas que, nessa ocasião, lhe foi respondido que tal informação não era prestada pela
razão de que a Câmara não tinha de fazer o trabalho que cabe à oposição fazer. -----

Posto isto, e sobre o documento em apreço, disse ter algumas dúvidas em relação a alguns dos
fornecimentos que constam da listagem, referindo que para fazer uma análise adequada tem
que perceber exatamente do que tratam os fornecimentos. -----

Referiu que um desses fornecimentos tem a designação “prestação de serviços profissionais e
de reengenharia de processo, definição de requisitos e guidelines para o portal do município
de Santa Maria da Feira”, salientando não perceber muito bem do que se trata mas que julga



que seria algum tipo de intervenção de forma a melhorar a informação prestada pelo portal do Município, talvez para conseguir alcançar mais alguns pontos no índice da transparência municipal que a Câmara tanto desvaloriza. -----

Salientou que outro procedimento que lhe levantou dúvidas prende-se com o que tem a designação “via de acesso ao PEC – reparação da caixa n.º 20”, destacando que o montante é de cerca de 46 mil euros e que tal verba lhe parece muito elevada quando a referência é a reparação de uma caixa, dizendo que gostava de perceber exatamente do que se trata. -----

Aludiu ainda ao procedimento intitulado “elaboração do levantamento escola básica e secundária Coelho e Castro”, com a verba de 25 mil euros, para dizer que também gostava de saber do que se trata.-----

Concluindo, disse julgar que as informações deveriam ser prestadas de forma mais clara para que os membros desta Assembleia, ao analisar a listagem de obras e fornecimentos adjudicados, pudessem saber exatamente do que tratam as adjudicações.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) para questionar à Câmara qual a explicação para a quebra muito acentuada, verificada em 2016, da receita proveniente dos fundos comunitários.-

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os esclarecimentos que entendesse convenientes, começando por referir, em relação às questões colocadas pelo membro Daniel Gomes, que os procedimentos que constam da listagem de obras e fornecimentos adjudicados estão publicitados no portal da contratação pública. Referiu que os serviços da Câmara não vão estar a fazer o trabalho pelo membro Daniel Gomes, salientando ainda que o mesmo podia deslocar-se à Câmara, onde lhe seriam facultados os respetivos processos, para que os pudesse consultar.-----

Sobre a questão colocada pelo membro Filipe Moreira realçou que, em 2016, praticamente não existiram, no País, candidaturas aos fundos comunitários, dizendo esperar que em 2017 essa situação normalize. Disse que o País tem tido dificuldade para abrir concursos e aprovar candidaturas, que os prazos vão sendo prorrogados, reafirmando que espera que, ao longo de 2017, essas situações se resolvam para que as autarquias possam apresentar candidaturas e obter fundos comunitários, que tanta falta fazem.-----



O membro *Daniel Gomes* disse, a partir do seu lugar, que as questões que colocou não foram respondidas, ao que o *Sr. Presidente da Assembleia* fez notar que os deputados municipais colocam as questões e o Sr. Presidente da Câmara responde como entende que deve responder. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia dado que, sobre a presente matéria, não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento da Informação em epígrafe. -----

3 – Petição n.º 245/XIII/2.ª – “Solicitam que a freguesia de Milheirós de Poiares se mantenha no concelho de Santa Maria da Feira” -----

- Pronúncia da Assembleia Municipal -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, constante da solicitação formulada pela Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território, Poder Local e Habitação, por mensagem eletrónica registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 1.485, em 2 de fevereiro de 2017, que, seguidamente, se transcreve: -----

“Assunto: Petição 245/XIII/2.ª (Solicitam que a freguesia de Milheirós de Poiares se mantenha no concelho de Santa Maria da Feira) -----

Exmos Senhores Presidentes, -----

- Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira -----

- Câmara Municipal de Santa Maria da Feira -----

- Assembleia Municipal de São João da Madeira -----

- Câmara Municipal de São João da Madeira -----

- Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares -----

- Assembleia de Freguesia de Milheirós de Poiares -----

No âmbito dos trabalhos inerentes à Petição n.º 245/XIII/2.ª - “Solicitam que a freguesia de Milheirós de Poiares se mantenha no concelho de Santa Maria da Feira”, da autoria de Emídio Ferreira dos Santos Sousa, subscrita por 21.756 cidadãos, o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), na qualidade de Relator da Petição, solicita a V. Exas., que, caso assim o entendam, remetam eventual pronúncia ou documentação considerada relevante sobre a mesma até ao próximo dia 21 de fevereiro de 2017. -----

Por fim, informamos que poderá consultar toda a documentação sobre esta petição no -----



Handwritten signature and initials.

seguinte link:-----
<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetallePetição.aspx?BID=12926> --
Com os melhores cumprimentos-----
Pedro Soares -----
O Presidente da Comissão”-----
Acompanha a mensagem supratranscrita a petição a que a mesma se refere.-----
O Sr. Presidente da Assembleia fez ainda referência à proposta remetida pelo membro José Manuel Leão, em representação do grupo municipal do PSD, do seguinte teor: -----
“O Grupo Municipal do PSD desta Assembleia Municipal, para efeitos de discussão e aprovação no âmbito do ponto 3 da Ordem de trabalhos da próxima sessão da Assembleia Municipal de 17 de fevereiro de 2017, e considerando que a matéria em causa já foi objeto de deliberação desta Assembleia Municipal, na sessão extraordinária de 9 de janeiro de 2017, propõe que a Assembleia Municipal delibere: -----
1 - Reiterar as deliberações tomadas na sessão extraordinária de 9 de fevereiro de 2017, aderindo, na íntegra, aos fundamentos e conclusões da proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e aprovada pelo executivo municipal na reunião extraordinária de 3 de janeiro de 2017; -----
2 - Reiterar o apoio à petição pública 245/XIII/2.ª “Não à desanexação de Milheirós de Poiares do concelho de Santa Maria da Feira - Pela defesa da unidade do concelho de Santa Maria da Feira”, aderindo aos respetivos fundamentos e promovendo a sua subscrição por todos os cidadãos com vista à defesa da unidade do território do Concelho; -----
3 - Aderir, na íntegra, aos fundamentos e proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e aprovada pelo executivo municipal na reunião ordinária de 6 de fevereiro de 2017; -----
4 - Requerer à Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território, Poder Local e Habitação que proceda à reanálise do pedido formulado na petição 245/XIII/2.ª no sentido da sua junção à petição 179/XIII/2.ª, face à posição de rejeição adotada por aquela Comissão; ----
5 - Insistir junto do Presidente da Assembleia da República, acompanhando os fundamentos da Câmara Municipal constantes da deliberação de 6 de fevereiro sobre a matéria, para que determine a junção das duas petições a fim de que tramitem conjuntamente; -----
6 - Dar conhecimento à Comissão Parlamentar do Ambiente, Ordenamento do Território,



Poder Local e Habitação das deliberações tomadas, anexando-se todos os documentos que se revelem com interesse para a análise da matéria.” -----

Acompanha a proposta extrato da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de 6 de fevereiro de 2017. -----

Interveio o membro *Manuel Almeida* (PS) que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Relativamente ao Ponto 3 da ordem do dia, sintetiza o grupo municipal do Partido Socialista (GM/PS) o seguinte: -----

1) O GM reitera a posição assumida na última Assembleia realizada; -----

2) A referida posição do GM, longe de expressar um desejo de que ocorra a desanexação, unicamente respeita o primado conferido ao direito à autodeterminação por parte da população em causa, sobretudo face a uma manifestação tão esmagadora quanto a ocorrida, ou seja, de 81% dos votantes. Porém não esconde, ainda assim, a mencionada posição, a preferência do GM/PS pela manutenção da dita freguesia no seio deste Município; -----

3) Lamenta o GM/PS que o executivo não tenha sabido, em tempo devido, ler as circunstâncias e assumir as suas culpas próprias ou herdadas de anteriores executivos do PSD, dado que a pretensão da freguesia de Milheirós só existe porque a sua população não se revê no tratamento recebido durante décadas, nem agora se satisfaz, pelos vistos, com as miríficas promessas de um “desenvolvimento policêntrico”, de que outrora nem se ouvia falar; -----

4) O próprio Partido Socialista concelhio, ainda que em parte diminuta, tem que penitenciar-se e assumir as suas responsabilidades por aqui se ter chegado. Mais não seja por não ter conquistado o direito a dirigir os destinos do concelho, imprimindo uma política inclusiva de todas as freguesias. -----

Também esta assunção de culpa alberga a posição política do GM/PS sobre a matéria; -----

5) Não tendo o PS local uma posição dogmática quanto à divisão administrativa existente em Portugal – sobretudo a decorrente da agregação de freguesias nos termos realizados pelo PSD e que em muitos casos merece censura e exige reparação –, o cotejo isolado e excluído de uma avaliação geral do País da desanexação aqui discutida só é admissível, por um lado, face à inoperância do executivo em ordem a demover tal pretensão ameaçada pelo referendo esmagador de 2011, e, por outro, face à incapacidade do referido executivo Feirense para



Handwritten signature and initials in the top right corner.

suster o acolhimento da pretensão por parte de um Município vizinho, note-se, da mesma cor política; -----

6) Ainda que compreendendo a posição do executivo vazada na contra petição, até pelos efeitos perversos que uma pura e simples aceitação da desanexação poderia gerar, não se aplaudem os métodos utilizados, instrumentalizando a sua rede partidária de suporte, como é aceitável, mas também, o que já não o é, persuadindo e usando estruturas políticas locais, sociais, culturais e até religiosas para a recolha de uma adesão, mais das vezes acrítica, desconhecadora e de mera cortesia, ao referido documento; -----

7) O risco do uso de tais meios e dos seus resultados, é de que o executivo conclua, mercê da adesão assim massificada e acrítica, que tudo está bem e não faça a chamada catarse, reconhecendo o muito que há a mudar e fazer para que todas as freguesias do concelho se sintam integradas, expondo o Município a repetidos riscos de desagregação, caso um futuro quadro legal o conceda; -----

8) Relativamente à agregação de petições, crê-se que se está a pedir a esta Assembleia que se imiscua em questões para as quais não tem competência. -----

Ainda assim, e uma vez que, quanto à discutida desanexação, até já foi possível ouvir falar em crime de recetação – ao que só faltou, para aumentar o surrealismo do debate, que os signatários da petição pró-desanexação opusessem um outro, designadamente o da verificação de um crime prévio de omissão do dever de auxílio por parte do executivo –, no mesmo e, admite-se, estranho estilo atreve-se o GM/PS a constatar, quanto à agregação de petições em causa, que estaremos perante uma imperfeita “litispendência” que prejudicará tal efeito; -----

9) Uma última palavra para lamentar que na anterior Assembleia a Mesa não tenha saído em defesa da liberdade de voto dos seus membros, rejeitando qualquer violação das obrigações do mandato conferido por parte dos autores desse exercício num determinado sentido. Tenha ele sido qual tenha sido. Tal postura só pode significar uma de duas coisas: que a Mesa se revê nessa opinião, e daí deveria extrair as devidas consequências ou, não o fazendo, terá pactuado com um comportamento atentatório da dignidade dos membros da Assembleia, que lhe competia acautelar. -----

Fica o protesto. Diz o povo: mais vale tarde do que nunca. -----

Pelas apontadas razões, o GM/PS irá abster-se.” -----



Interveio o membro *Augusto Santos* – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares (PS), que leu documento cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“1. A presente petição não é mais do que uma contra petição e portanto não existe por si mesma mas como fator de bloqueio da petição n.º 179/XII/2.ª – “Solicitam que a freguesia de Milheirós de Poiares seja integrada no concelho de São João da Madeira” sendo por isso reprovável. -----

2. A presente contra petição é uma iniciativa da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira e não propriamente uma iniciativa popular e, sendo legal, a verdade é que desvirtua por completo a essência da lei que criou este instrumento de participação cidadã. -----

3. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira liderou o processo de recolha de assinaturas desta contra petição colocando ao seu serviço muitos recursos humanos e financeiros do município nomeadamente através do envio de SMS para bases de dados dos encarregados de educação do concelho e criando nas escolas um clima de intimidação no sentido da sua assinatura. -----

4. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira recolheu assinaturas em todo o concelho e inclusivamente às portas de um evento com repercussão nacional e internacional como “Perlim” (contou com mais de 100.000 visitantes em 2016) alegando pretender demonstrar com isso a união e coesão dos cerca de 140.000 habitantes de Santa Maria da Feira e, no final, com todo esse investimento que faz falta ao concelho e admitindo que todas as assinaturas provêm da Feira, alcançou 15,54% de assinaturas. -----

5. A Câmara Municipal de Santa Maria da Feira ignora a vontade democrática livremente expressa pelos milheiroenses querendo governar este território contra a vontade da população, à força, demonstrando desconhecer princípios democráticos fundamentais e o direito do povo de decidir o seu futuro. -----

Assim sendo, eu não posso subscrever nenhum dos argumentos desta contra petição por considerá-la ferida de morte à nascença. Uma iniciativa como esta que tenta capturar a vontade do povo que quer mudar de concelho de forma livre, pacífica e democrática é a negação da política em si mesma. Acresce que os pontos 2 e 3 da referida contra petição atentam de forma objetiva contra a soberania da Assembleia da República em matéria de definição de limites territoriais de freguesias e municípios sendo prova disso mesmo a Lei Relvas de extinção de freguesias que, essa sim, não mereceu o mesmo empenho, investimento



ou intransigência por parte da Câmara nem da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira. Tristemente. -----

Finalizo reiterando a confiança na seriedade da discussão do assunto na Assembleia da República aguardando com serenidade que seja feita justiça a esta pretensão da população de Milheirós de Poiares. Tenho dito.” -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que a presente matéria já havia sido discutida na última sessão realizada pela Assembleia Municipal, em 9 de janeiro de 2017, salientando que a CDU reitera a posição que manifestou nessa sessão, escusando-se assim de fazer uma intervenção mais alongada. -----

Disse querer dar nota que este assunto será discutido na Assembleia da República, ressaltando que a intenção de voto que a CDU expressa nesta sessão não é necessariamente a mesma que expressará na Assembleia da República porque o assunto em discussão será ligeiramente diferente. -----

Concluindo, disse que a intenção de voto da CDU, na Assembleia da República, será sempre em coerência com os acontecimentos idênticos que ocorreram no passado. -----

Interveio o membro *Válter Amorim* (CDS-PP) que iniciou dizendo que a posição do CDS-PP é clara e concisa naquilo que é a sua opção e a sua visão sobre o Concelho e do Concelho, ressaltando que essa posição já foi mencionada na passada sessão da Assembleia Municipal, realizada no passado mês de janeiro. -----

Referiu que foi eleito deputado municipal para representar 31 freguesias, embora administrativamente sejam 21, frisando que o CDS-PP nunca irá desenvolver qualquer tipo de diligência que promova a desunião do Concelho, e que quer que isso fique dito de uma forma eloquente para que todos percebam que, na política, à que assumir as questões de frente e no momento certo, realçando que os “nins” não servem para intervir, efetivamente, politicamente. -----

Destacou que a matéria em discussão é fraturante para o concelho de Santa Maria da Feira, sublinhando que permitir a desanexação da freguesia de Milheirós de Poiares é promover a desunião do Concelho. -----

Disse que o CDS-PP assenta ainda a sua posição na visão de que o concelho no qual outra



petição pretende que Milheirós de Poiares seja integrado, ou seja, o concelho de São João da Madeira, não tem um objetivo de futuro para Milheirós de Poiares, não tem uma visão que permita a Milheirós de Poiares emancipar-se, crescer e evoluir, antes pelo contrário. -----

Referiu que como o CDS-PP considera que o futuro é que é importante, que a defesa dos milheiroenses e do concelho de Santa Maria da Feira é que é relevante, pelo que nunca irá apoiar decisões que promovam a desunião do Concelho. -----

O membro Válder Amorim, concluindo a sua intervenção, fez notar que o CDS-PP acompanha a petição em discussão, que solicita que Milheirós de Poiares se mantenha no concelho de Santa Maria da Feira. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que, como o assunto já havia sido debatido na anterior sessão realizada por esta Assembleia Municipal, então que se pouparia de repetir muitos dos argumentos que teve na altura, mas que ainda assim aproveitaria para sublinhar alguns aspetos que o BE considera centrais nesta discussão.-----

Referiu que o primeiro aspeto que sublinhava prende-se com a grande contradição na posição do PSD e do CDS-PP porque, quando tocou a extinguir freguesias, não quiseram ouvir ninguém e extinguiram freguesias a oito. Recordou que, no caso do município de Santa Maria da Feira, foram 10 as freguesias extintas, lembrando que o Governo de então era do PSD e CDS-PP e que, depois, nesta Assembleia Municipal, foram esses mesmos partidos a aprovar a extinção de 10 freguesias do Concelho. -----

Salientou que quando há uma freguesia que leva a cabo um referendo e que no âmbito da sua autodeterminação, no âmbito dos seus direitos, toma uma decisão em urna, então aí já não se cumpre a vontade da população, focando que há dois pesos e duas medidas por parte do PSD e CDS-PP. -----

Disse que, apesar desses pesos e medidas diferentes por parte do PSD e CDS-PP, há que reconhecer que ambos seguem uma linha de fundo que, apesar de tudo, é coerente, que é ignorar completamente a democracia popular, a vontade popular e o respeito pela vontade popular, frisando que tal aconteceu em ambos os casos, aquando da extinção de freguesias e, agora, no caso de Milheirós de Poiares. -----

Salientou que não se trata de ver qual a petição com mais subscritores mas sim perceber que houve um referendo único a nível nacional, único do género desde o 25 de Abril, que foi



validado pelo Tribunal Constitucional e pela Comissão Nacional de Eleições, e perceber que esse referendo teve um resultado expressivo. Referiu que, numa democracia, respeitam-se os resultados que são obtidos em urna, sublinhando ser isso que move o Bloco de Esquerda, ou seja, o respeito pela democracia. -----

Concluindo, disse que quando se começa a entrar numa espiral em que são respeitados os resultados que agradam e desrespeitados os que não agradam, então que é o próprio Estado de Direito Democrático que está em causa, frisando que o Bloco de Esquerda, obviamente, não quer que isso aconteça. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por dizer que o grupo municipal do PSD apresentou uma proposta sobre este assunto, atempadamente distribuída e que é conhecida por toda a Assembleia, pelo que não a iria discutir, mas que queria tecer alguns comentários sobre o assunto. -----

Disse que a petição agora em discussão é um incómodo para as pessoas que querem valorizar o referendo havido em 2011, como se a vontade do povo fosse sempre a mesma, em qualquer momento, como se passados seis ou sete anos a vontade popular fosse a mesma, dizendo ser esse o caso do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, Augusto Santos, que acha que, tendo sido eleito em 2013, com certeza será reeleito nas próximas eleições autárquicas, a levar a cabo em 2017. -----

Referiu que ouviu muita demagogia em relação à chamada Lei Relvas, nomeadamente a associação do referendo realizado em Milheirós de Poiares a essa Lei, questionando, sobre isso, o porquê de o Partido Socialista não ter votado favoravelmente, na Assembleia da República, a proposta da CDU com vista à reposição das freguesias extintas. -----

Ainda relativamente à petição em apreço, n.º 245/XIII/2.ª, que solicita que a freguesia de Milheirós de Poiares se mantenha no concelho de Santa Maria da Feira, disse que deve incomodar a algumas pessoas que esta petição tenha obtido, em cerca de quinze dias, muito mais subscritores de Milheirós de Poiares do que a petição n.º 179/XIII/2.ª, que defende a integração de Milheirós de Poiares no concelho de São João da Madeira. -----

Concluindo, frisou que a grande verdade é que, em quinze dias, conseguiu-se que mais gente de Milheirós de Poiares assinasse a petição pela unidade do concelho de Santa Maria da Feira do que os que assinaram a petição que defende a integração de Milheirós de Poiares no



concelho de São João da Madeira.-----

Interveio o membro **Fernando Moreira** (PSD) que começou por dar nota que a sua posição é conhecida, que é contra a desunião do Concelho, salientando aceitar que, numa próxima reorganização administrativa territorial autárquica, a questão seja debatida mas que, neste momento, é contra a que se faça a desanexação de uma só freguesia.-----

Referiu que não percebe tanta demagogia e não percebe que Estado de Direito é que as pessoas querem, salientando que, no seu entendimento, um Estado de Direito é um estado onde cumprir a legislação existente é uma obrigação, não compreendendo, portanto, que se venha falar de estados de direito para cumprir leis só quando isso é conveniente.-----

Disse que, efetivamente, foi realizado um referendo em Milheirós de Poiares, no qual 81% dos votantes mostraram ser a favor da desanexação, mas que esse referendo foi feito especificamente para aquele caso, sendo depois o assunto submetido à Assembleia Municipal, que disse não a essa desanexação, terminando aí com o assunto.-----

Apelou para que não se andasse a fazer de todos palermas, dizendo que se as pessoas querem avançar com a petição pela desanexação de Milheirós de Poiares então que o façam mas que não misturem isso com o que aconteceu no seguimento da Lei Relvas, a reorganização administrativa, que levou à junção de freguesias.-----

Lembrou que, aquando dessa reorganização administrativa, o Município estava obrigado a perder 14 ou 15 freguesias mas que se conseguiu reduzir para 10, ressaltando que certas pessoas nunca se assumem e agora vêm falar como se a extinção de freguesias só tivesse ocorrido em Santa Maria da Feira. Frisou que a extinção de freguesias aconteceu por todo o País, com consequências muito mais graves naqueles municípios que não tomaram medidas, como no caso de Vila Nova de Gaia, em que se juntaram freguesias que passaram a ser maiores do que muitos concelhos do País, comentando que gostava de ver essas situações serem tratadas por quem está, agora, no governo.-----

Sublinhou que o Partido Socialista, na Assembleia da República, votou contra a proposta da reversão, da reposição das freguesias extintas, comentando ser sabido que na política as pessoas, por vezes, não conseguem caminhar direito, ficam com algumas tonturas e vão variando de posição, sublinhando ser preciso manter a seriedade na discussão dos assuntos. ---

Frisou que a petição a favor da desanexação de Milheirós de Poiares é legítima mas que as



peçoas que estão contra ela não o fazem somente para ser do contra, ressaltando que não se poder permitir que, hoje, Milheirós de Poiares saia do Concelho porque, amanhã, apareceria uma outra freguesia a pedir para também sair do Concelho, por estar localizada no limite do mesmo.-----

Disse que não se pode andar a brincar com estas matérias, que concorda que o País precisa de uma reforma autárquica, apelando aos que estão em maioria no governo para que tenham a coragem de começar essa reforma para, então, se discutir se se manda as freguesias de Milheirós de Poiares, Arrifana, Nogueira da Regedoura, ou outras, para São João da Madeira, ou até extinguir o concelho de São João da Madeira caso se entenda que isso é melhor para o País. -----

Concluindo, sublinhou que o presente momento não é o momento de discutir tais questões, reafirmando ser demagogia e que não pode concordar que se queira comparar a matéria da desanexação de Milheirós de Poiares com aquilo que aconteceu no tempo da Lei Relvas, ou seja, a reorganização administrativa territorial autárquica. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que queria refutar algumas acusações que ouviu.-----

Referiu ter iniciado as funções de Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira em 19 de outubro de 2013, na sequência da sua eleição ocorrida em 29 de setembro de 2013, frisando que foi o primeiro subscritor da petição em discussão, e que o seria sempre, realçando que no dia em que não defender a integridade do território qualquer pessoa lhe poderá chamar de traidor, de mentiroso, de falso, de incumpridor.-----

Disse que considerar-se-ia um traidor caso não defendesse o seu território depois de ter sido incumbido pelo povo nessa missão, salientando que não é traidor e que, como Presidente da Câmara, defenderá o seu Concelho, comentando que mesmo que não exercesse tais funções o defenderia na mesma. Salientou que ao defender o Concelho está a cumprir com lealdade as funções que lhe foram confiadas, acrescentando que jurou solenemente, a si próprio e por sua honra, que iria defender o Concelho e que é isso que está a fazer. -----

Referiu que Santa Maria da Feira é um município democrático, que quem não se sentir bem no Concelho pode mudar para outro, comentando todavia que, felizmente, o movimento que se verifica é ao contrário porque muita gente que não é feirense está a querer vir morar para



Santa Maria da Feira e são recebidos de braços abertos.-----

Relativamente à questão do empenhamento da Câmara, frisou ter sido no cumprimento da sua comissão e das suas funções de Presidente da Câmara que se empenhou, comentando que todos os que quiseram fizeram-no voluntariamente, que ninguém foi obrigado, dizendo que queria deixar essa nota.-----

Entretanto, durante a discussão deste assunto, entrou Rita Micaela Marques – em representação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 38 votos a favor (PSD: 31, CDS-PP, IND., PS: 5 – Márcio Correia, Rui Alves Rios, Valdemar Silva, Ana Pires de Oliveira e Maria Manuela Teixeira), 2 votos contra (BE, PS – Augusto de Pinho Santos) e 13 abstenções (PS:12, CDU), aprovar a proposta apresentada pelo membro José Manuel Leão – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrita.-----

O membro *Augusto Santos*, Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares (PS), fez a seguinte declaração de voto: -----

“Eu, Augusto de Pinho Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares e membro por inerência, desta Assembleia Municipal, votei contra por duas razões: -----

Primeiro, esta pronúncia vai contra o sentimento e vontade dos milheiroenses expressa de forma democrática, inequívoca e esmagadora no referendo local, devidamente sancionado pelo Tribunal Constitucional, e em ato eleitoral, onde constava fazer cumprir o exposto em referendo. Vai contra a vontade da Assembleia de Freguesia que, por unanimidade dos seus 9 membros, 6 do PS e 3 do PSD, votaram pela integração da nossa freguesia de Milheirós de Poiares no concelho de São João da Madeira, há escassas três semanas. -----

Dois, porque me parece uma clara afronta aos senhores Deputados que, em 1 de fevereiro de 2017, aprovaram na Comissão Parlamentar do Poder Local o Relatório da Petição n.º 179/XII/2.ª, que solicita a integração de Milheirós de Poiares no Concelho de São João da Madeira, com os votos favoráveis do BE, PCP, PEV, PS, PAN e CDS. O Grupo Parlamentar do PSD votou isolado contra o Relatório, com objetivos inconfessáveis, digo eu.” -----



O membro *Moisés Ferreira* (BE) fez a seguinte declaração de voto:-----

“O Bloco de Esquerda votou contra esta proposta de pronúncia que aqui tínhamos, que é apresentada pelo PSD/Feira, não obviamente por nos opormos à petição em abstrato, não temos nada que nem nos opor ou ser a favor de petições, isso é da liberdade de cada uma e de cada um. É até um instrumento que deve ser dinamizado. Não votámos contra a existência da petição, não é isso. -----

Mas votámos contra esta pronúncia até porque, do ponto de vista formal, levanta aqui algumas questões, que a nós nos levanta também várias dúvidas, nomeadamente esta questão do instar a Assembleia da República a fazer a discussão conjunta e a tramitação conjunta das duas petições. -----

Ora, uma petição não pode atrasar a tramitação de outra petição, elas são duas petições diferentes e, portanto, cada uma tem o seu caminho autónomo. -----

E também por causa disto é que votámos contra esta proposta de pronúncia. Não tem, como é óbvio, a ver com a existência de uma petição, nós nunca nos opusemos nem a esta nem a outra, por muito que concordemos ou discordemos do conteúdo da mesma, como é óbvio.”-----

4 – Concessão de Exploração e Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água e Saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira -----

- Atualização do tarifário para o ano de 2017 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe – a que se refere a deliberação camarária de 9 de janeiro de 2017 e a respetiva proposta de atualização do tarifário para o ano de 2017, remetida pela Indagua Feira através de carta registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 17.032, em 29 de dezembro de 2016 – documentos enviados, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritos – fazendo notar tratar-se de um assunto presente à Assembleia para conhecimento. -----

Interveio o membro *Daniel Gomes* (PS) que começou por dizer que, ao contrário do que é habitual quando se fala dos preços associados à Indagua Feira, acaba por ser uma boa notícia a correção no sentido de que o aumento do preço da água não será tão considerável quanto se esperava, ficando por um aumento de 0,88% quando se pensava que iria ser de 7,44%. -----



Disse ser importante referir que tal situação deve-se a uma alteração promovida pelo Governo, salientando que o Sr. Presidente da Câmara, aquando do IV Aditamento ao Contrato da Concessão celebrado entre a Câmara e a Indaqua Feira, afirmou que aquela renegociação até nem era grande coisa mas que não haveria ninguém que tivesse conseguido uma negociação mais favorável. -----

Fez sobressair que o IV Aditamento contempla um aumento extraordinário anual de 1,6%, durante 10 anos, com efeitos a partir de 2018, salientando que tal aumento representará um aumento do preço da água em 17,5%, uma vez que o efeito é cumulativo, pelo que essa situação acaba por compensar este aumento não tão considerável quanto o esperado. -----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dizer que a CDU é, e sempre será, a favor da água pública, fazendo notar que, como se tem registado por toda a Europa, África, América Latina e também em Portugal, a concessão da água a privados tem sido ruínosa e tem sido prejudicial para os cidadãos. -----

Referiu que o exemplo verificado em Mafra atesta isso, salientando que Mafra foi o primeiro município a concessionar este tipo de serviços, informando que, naquele município, a concessionária Be Water – Águas de Mafra queria um aumento de 30% do preço da água, alegadamente para fazer face às despesas, mas que a Câmara Municipal de Mafra recusou tal aumento e decidiu, por unanimidade, romper com esse contrato. Disse que a Câmara Municipal de Mafra realizou um estudo de viabilidade da remunicipalização de tais serviços e que do mesmo resultou que aquela Câmara terá que pagar uma indemnização à concessionária de 11 milhões de euros, bem como fazer um investimento na rede que custará 13 milhões de euros, totalizando, portanto, 24 milhões de euros. Sublinhou que, apesar disso, a Câmara Municipal de Mafra conseguirá baixar o custo da água para os munícipes em cerca de 5%, acrescentando que esse exemplo mostra que, também em Portugal, a solução passa única e exclusivamente pela remunicipalização ou reversão do processo de privatização do abastecimento de água. -----

Concluindo a sua intervenção disse reiterar o proferido pelo membro Daniel Gomes no respeitante ao IV Aditamento ao Contrato de Concessão e ao aumento do preço da água para os próximos anos. -----



Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por dizer que, em 2017, haverá um aumento menor do preço da água do que aquele que era expectável porque o atual governo reverteu uma séria de medidas do anterior, possibilitando que a água em alta fique mais barata e possibilitando, em consequência, que a água chegue mais barata a casa das pessoas.-----

Referiu que, contudo, vai haver um aumento do preço da água no ano de 2017, ressaltando que qualquer aumento, seja de 0,8%, 7% ou de 0, 3%, é sempre um assalto ao bolso dos consumidores, principalmente quando se fala de um bem essencial que é explorado por uma empresa privada para dar lucro.-----

Destacou que a água, no município de Santa Maria da Feira, já é muito cara porque, para além dos custos das captações e da distribuição, ainda se paga os lucros ao privado, comentando que qualquer solução de alteração tarifária só pode ser no sentido de reduzir a tarifa e, consequentemente, a fatura da água.-----

Prosseguiu dizendo que a Indagua Feira continua sem aplicar o tarifário social, desaproveitando o Município um artigo do Orçamento de Estado para 2017, incluído por proposta do Bloco de Esquerda, que permite a existência de um automatismo de atribuição de tarifário social igual ao que se faz, por exemplo, na eletricidade. Deu nota que, atualmente, cerca de 800 mil famílias usufruem de tarifa social no preço da eletricidade, realçando que esse custo é pago pelas empresas e que não existe nenhuma compensação proveniente do Orçamento de Estado ou de quaisquer dinheiros públicos.-----

Frisou que era possível o Município fazer o levantamento das famílias que teriam direito ao tarifário social mas que, como a Indagua Feira não permite e como o Município continua agarrado à Indagua Feira e ao contrato de concessão celebrado com a mesma, então, na verdade, está a dizer a milhares de famílias feirenses carenciadas que não podem ter a água mais barata.-----

Concluindo a sua intervenção disse que a solução é o Município não continuar agarrado à Indagua Feira, como tem sido defendido pelo Bloco de Esquerda, ressaltando que é preciso abrir caminho para a remunicipalização da água em Santa Maria da Feira porque ela é bem essencial e não um negócio.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dar nota que é incondicionalmente a favor da água pública, que não concorda com a privatização da água,



ressaltando que, no caso de Santa Maria da Feira, está-se a falar de uma decisão de concessão de exploração e que todo o sistema que está concessionado passará, no final do período da concessão, a ser propriedade do Município. -----

Em relação ao caso de Mafra disse que, de facto, Mafra rejeitou a concessão, ressaltando contudo que faltavam apenas três anos para o final da mesma e que a Câmara, só pelo resgate desses três anos, pagou uma indemnização de onze milhões de euros, comentando que isso serve para que se perceba o que implica o resgate de uma concessão. Sublinhou que ao fim desses três anos todo o sistema seria propriedade do Município de Mafra, comentando que não sabia quais as razões que teriam levado os autarcas de Mafra a decidir desse modo, mas que eles as saberiam. -----

Concluindo, e sobre o facto do membro Daniel Gomes ter falado em boa notícia, referiu que faltou àquele membro acrescentar que a pessoa que liderou a contestação ao anterior governo no processo de aumento da água foi ele próprio – Presidente da Câmara – comentando que teria ficado bem ao membro Daniel Gomes mencionar esse aspeto. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento da atualização do tarifário para o ano de 2017, no âmbito da Concessão em epígrafe, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 9 de janeiro de 2017. -----

Sairam os membros Gastão Valente, Carla Pereira e Maria Manuela Teixeira. -----

5 – Acordo de Mutação Dominial entre o Município e a Infraestruturas de Portugal, S.A. -----

- Aprovação de minuta -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 12 de dezembro de 2016 enviada, oportunamente, a todos os



membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---
E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar o Município a celebrar o acordo em epígrafe nos termos da minuta apresentada, constante da deliberação camarária suprarreferida. -----

6 – Atribuição de apoio à Junta de Freguesia de São João de Ver -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 23 de janeiro de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. ---
E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 50 dos 54 membros que compõem este Órgão, autorizar, sob proposta da Câmara, a atribuição de um apoio à Junta de Freguesia de São João de Ver, de 50% do valor despendido até ao montante máximo de 40.000,00 €, nos termos da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 23 de janeiro de 2017. -----

Reentrou o membro Carla Pereira. -----

7 – STCP – Alteração do critério de rateio da dívida orçamental da AMP – Área Metropolitana do Porto -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a



palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 23 de janeiro de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. --- E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente –, estando presentes 51 dos 54 membros que compõem este Órgão, dar o seu acordo expresse ao critério de imputação da dívida orçamental da Área Metropolitana do Porto a cada município associado, nos termos do deliberado pelo Conselho Metropolitano em 16 de dezembro de 2016, constante da deliberação camarária suprarreferida. -----

8 – Regulamento de Atividade de Transporte de Aluguer de Veículos Ligeiros de Passageiros -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 23 de janeiro de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. --- E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 50 votos a favor (PSD: 30, PS: 17, CDS-PP, CDU, IND.) e 1 abstenção (BE), aprovar o Regulamento de Atividade de Transporte de Aluguer de Veículos Ligeiros de Passageiros – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----



Sairam os membros António Valdemar Ribeiro, Luís André Santos, Teresa Pereira e Margarida Alfama. -----

9 – Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parcela de terreno sita no lugar de Gôda, em Mozelos -----

10 – Desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal para o domínio privado do Município sita no lugar de Póvoas, em Canedo -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os assuntos em epígrafe, informando que, conforme acordado pela Comissão Permanente, os assuntos seriam discutidos conjuntamente, procedendo-se à votação dos mesmos em separado. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou os assuntos em referência, nos termos constantes das deliberações camarárias de 17 de outubro de 2016 e 28 de novembro de 2016 enviadas, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dão por transcritas. -----

Interveio o membro *Eduardo Rocha* (PS) que começou por dizer que a sua intervenção se prendia com a desafetação de parcela de terreno sita no lugar da Gôda, em Mozelos, salientando que essa desafetação levanta, ao grupo municipal do PS, algumas dúvidas. -----

Referiu que o primeiro facto é que a parcela de terreno faz parte da estrada romana que ali passa, dizendo ser visível no local vestígios dessa via romana. -----

Disse que o segundo facto é que a parcela encontra-se já ocupada e está vedada, com muro e portão, pela empresa que fez o pedido de desafetação à Câmara Municipal. -----

Acrescentou que o terceiro facto é que, da documentação que instrui o assunto e que foi disponibilizada aos membros desta Assembleia, não consta cópia do e-mail da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia de Mozelos, com o envio do edital para ser afixado na Junta de Freguesia, apesar desse e-mail ser mencionado nos documentos. -----

Salientou que um último facto é que, pela ata da reunião camarária, fica-se a saber que a desafetação visa uma posterior venda dessa parcela à empresa em questão. -----

Referiu que, antes de se aprovar a desafetação, é preciso analisar os vários interesses em



questão e que, no seu entender, são antagónicos, para procurar um equilíbrio de forma a não prejudicar o interesse público.-----

Realçou que o grupo municipal do PS entende que a fábrica precisará dessa parcela, que reconhece o papel dessa empresa, que sabe que o investimento e a empregabilidade é necessária no Concelho mas que considera, também, que é preciso ver quais os interesses em jogo e perceber que, nesta questão, existe património histórico e cultural que deve ser preservado.-----

Disse que o grupo municipal do PS entende que, mesmo que a parcela de terreno venha a ser entregue a privados, que a Câmara continuará a ter a possibilidade de defender esse património mas que, mesmo assim, gostaria de saber qual é a posição da Câmara em relação à estrada romana, em relação à defesa desse património histórico e cultural, questionando se com a desafetação essa estrada romana será destruída ou se é possível acautelá-la. Questionou ainda se é possível aos elementos do Partido Socialista irem visitar o local, salientando que já o tentaram mas que o mesmo encontra-se vedado por um portão, apesar de se tratar de um espaço do domínio público.-----

Questionou, também, se o destino previsto para aquela parcela será o melhor, comentando que a Câmara pode, por exemplo, fazer uma permuta desse terreno, cedendo a empresa, no lado nascente, uma parcela de terreno que serviria para alargar os passeios da estrada nacional 1-14, frisando ser uma estrada que tem muito movimento mas cujos passeios, nessa parte, são muito estreitos. Disse que o dinheiro que a Câmara receberá da venda do terreno não será significativo para os cofres da Câmara pelo que, do seu ponto de vista, seria mais benéfico negociar uma permuta com a empresa, nos moldes que explicou.-----

Disse serem estas as reservas do Partido Socialista quanto à matéria em causa, embora percebendo que a desafetação para o domínio privado do Município não impede que a Câmara vá a tempo de salvaguardar o património, de fazer uma análise mais cuidada e, eventualmente, de negociar o fim para que é feita a desafetação.-----

Concluindo a sua intervenção, o membro Eduardo Rocha referiu que o grupo municipal do PS se absteria na votação do assunto porque considera que a Câmara ainda fica com controlo da parcela e pode dar-lhe outro fim, salvaguardando assim o melhor interesse público.-----

Interveio o membro *José Carlos Silva* – Presidente da Junta da Freguesia de Mozelos (PSD),



que começou por confirmar que o Edital a publicitar a desafetação foi atempadamente afixado na Junta de Freguesia, comentando que o mesmo ainda se encontrava afixado naquele local e que bastaria ao membro Eduardo Rocha ter passado pela Junta de Freguesia para ter comprovado essa situação. Fez notar que era dado o prazo de 10 dias úteis para as pessoas apresentarem reclamações ou sugestões mas que nenhuma foi apresentada, frisando que a Junta de Freguesia foi ouvida e acompanhou sempre o assunto de perto. -----

Em relação à estrada romana disse que a A42, feita há 10 ou 15 anos, cortou a estrada romana, acrescentando que no local onde há vestígios da estrada romana não vai haver qualquer tipo de tapamento. Referiu não fazer sentido manter um caminho que vai barrar na A42, que isso é claro, salientando que a situação da estrada romana deveria ter sido acautelada aquando da construção daquela autoestrada. -----

Sobre a questão da vedação disse que foi instalada uma grua naquele caminho, que poderia causar perigo para as pessoas e crianças, pelo que a empresa vedou o mesmo sem que tivesse autorização para isso, cometendo uma ilegalidade, realçando que a Câmara já foi informada da situação e que já foram tomadas as devidas medidas.-----

Usou da palavra, a pedido do Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Vereador do Pelouro do Planeamento, Urbanismo e Transportes, *José Manuel Oliveira*, para dar os devidos esclarecimentos.-----

Destacou que aquilo que está para votação da Assembleia é a desafetação de um caminho público, para que passe do domínio público para o domínio privado do Município, e não o que a Câmara irá fazer com o mesmo, se vai vender, permutar ou dar-lhe outro destino.-----

Disse não ter qualquer informação de que se trata de uma estrada romana, comentando ter quase a certeza de que não será, mas que também não percebe que haja tanta preocupação com a estrada romana e, depois, se sugira a permuta em vez da venda para fazer alargamentos na estrada nacional 1-14. Sobre isso referiu que, caso se confirme que se trata de uma estrada romana, considera que o Município não deve permutar nem vender, mas sim preservar essa parcela de terreno e, eventualmente, recuperar a estrada romana para as gerações vindouras.---

Fez notar que a Câmara tomou conhecimento, no dia de ontem, de que havia uma ocupação abusiva desse caminho, onde havia sido instalada uma grua à face da estrada nacional para recuperar o edifício antigo e tapado o caminho com um portão, e que, perante isso, foram hoje



os fiscais municipais ao local, tendo os autores dessa ocupação sido contraordenados porque não tinham autorização para ocupar aquele espaço que ainda é público. -----
Concluindo a sua intervenção propôs que se mantivesse a questão da aprovação da desafetação do caminho, para passar para o domínio privado do Município, ressaltando que o terreno continua na esfera do Município e que, quanto às restantes questões, as mesmas iriam ser averiguadas, designadamente a questão de se tratar, ou não, de um caminho romano e, em função disso, serem tomadas as atitudes convenientes. -----

Posto isto, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu os assuntos, separadamente, a votação, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

9 – Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parcela de terreno sita no lugar de Gôda, em Mozelos -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD: 28, CDS-PP, IND.), 1 voto contra (BE) e 16 abstenções (PS: 15, CDU), aprovar, sob proposta da Câmara, a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município, de parcela de terreno com a área de 250 m², sita no lugar de Gôda, freguesia de Mozelos – identificada em planta que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

10 – Desafetação de uma parcela de terreno do domínio público municipal para o domínio privado do Município sita no lugar de Póvoas, em Canedo -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 30 votos a favor (PSD: 28, CDS-PP, IND.) e 17 abstenções (PS: 15, CDU, BE), aprovar, sob proposta da Câmara, a desafetação do domínio público para o domínio privado do Município, de parcela de terreno com a área de 190 m², sita no lugar de Póvoas, em Canedo – identificada em planta que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

11 – Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular – Associação de Municípios -----

- Alteração dos estatutos -----

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----



O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 6 de fevereiro de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. --- E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 45 votos a favor (PSD: 28, PS: 15, CDS-PP, IND.) e 2 abstenções (CDU, BE), aprovar a alteração dos Estatutos do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular – Associação de Municípios, nos termos do documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Reentraram os membros Maria Manuela Teixeira e Margarida Alfama. -----

12 – Alteração ao Mapa de Pessoal para 2017-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 6 de fevereiro de 2017 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia submeteu o assunto a votação. --- E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 32 votos a favor (PSD: 28, CDS-PP, IND., PS: 2 – Rui Alves Rios e Valdemar Silva) e 17 abstenções (PS: 15, CDU, BE), aprovar a alteração ao Mapa de Pessoal para 2017 – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

13 – Declarações para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do art.º 15 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e do disposto no n.º 1 do art.º 17 do



[Handwritten signature]
[Handwritten mark]

Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho (para conhecimento) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pela *Sr.ª Vereadora* do Pelouro de Administração e Finanças, da Câmara Municipal, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 969, em 31 de janeiro de 2017 – documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) para pedir um esclarecimento à Câmara, referindo que uma das dívidas de outras entidades à Câmara é da empresa P. Parques – Exploração e Gestão de Parques de Estacionamento S.A., ressaltando que a 31 de dezembro de 2016 essa empresa devia à Câmara Municipal mais de 580 mil euros. -----

Recordou que a essa empresa foi concessionada a exploração do estacionamento à superfície na cidade de Santa Maria da Feira, fazendo sobressair que a mesma está a cobrar pela ocupação do espaço público mas não está a pagar à Câmara aquilo que deveria estar a pagar, conforme o acordado no contrato da concessão. -----

Referiu que, nessa medida, questionava à Câmara se essa empresa continua a explorar o estacionamento à superfície em Santa Maria da Feira, apesar de não pagar à Câmara e de lhe dever quase 600 mil euros, questionando à Câmara qual a razão para não cessar essa concessão. -----

Interveio a deputada municipal *Carla Pereira* (PS) que questionou à Câmara se tem conhecimento se as empresas que têm dívidas à Câmara, principalmente as que têm dívidas mais relevantes, estão em processo de insolvência ou em situação de risco para cobrança de dívidas e se, nesse caso, tal foi considerado ao nível de imparidades, de perdas, como referenciam as normas. -----

Pedi ainda explicações relativamente à dívida da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira, SA., referindo tratar-se de uma empresa participada em 50% pela Câmara e que tem dívidas à própria Câmara, salientando que a dívida dessa participada poder influir para o mapa da dívida do Município, conforme as normas de consolidação orçamental. -----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* para dar os devidos esclarecimentos. Sobre a -----



questão da dívida à Câmara da empresa que faz a exploração do estacionamento à superfície na cidade de Santa Maria da Feira, colocada pelo membro Moisés Ferreira, referiu que a Câmara interpôs uma ação em tribunal contra essa empresa para ser ressarcida da dívida, frisando que os advogados da Câmara entenderam ser essa a melhor estratégia jurídica a adotar. -----

Quanto à questão colocada pela deputada municipal Carla Pereira sobre as provisões informou que a Câmara faz, obviamente, essas provisões. -----

Em relação à dívida da Sociedade de Turismo de Santa Maria da Feira fez notar que a atividade da mesma prende-se, essencialmente, com a gestão das Termas de S. Jorge, e que a dívida é gerada por algum défice que dá as Termas, salientando que esse défice é reconhecido pela Câmara. -----

Concluindo, comentou achar um pouco esquisito a Câmara considerar como dívida uma dívida que tem para si própria, tal como mencionado pela deputada municipal Carla Pereira. --

De seguida, e dado que sobre a presente matéria não é exigida qualquer votação, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia tomado conhecimento das declarações em epígrafe. -----

Reentrou o membro António Valdemar Ribeiro. -----

14 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira -----

- Designação de uma pessoa de entre os cidadãos eleitores para substituição de Margarida Arcelina Assunção Alfama, designada pela Assembleia Municipal por deliberação de 25-02-2013 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, constante do ofício enviado pela Sr.^a Presidente da Comissão em epígrafe, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 303, em 6 de janeiro de 2017 – documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito. -----

Fez também referência à proposta apresentada pela deputada municipal Margarida Rocha Gariso, líder do grupo municipal do Partido Socialista – documento igualmente enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por



transcrito –, propondo a designação do cidadão Carlos Manuel da Silva Fonseca, residente na Avenida da Igreja, 51, 4525-308 Gião, para substituir Margarida Arcelina Assunção Alfama na Comissão em epígrafe.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, constatou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com 41 votos a favor, designar o cidadão Carlos Manuel da Silva Fonseca, residente na Avenida da Igreja, 51, 4525-308 Gião, para substituir Margarida Arcelina Assunção Alfama na Comissão em epígrafe.-----
Foram escrutinados, ainda, 9 votos em branco.-----

Saiu o membro Amaro Bento Araújo.-----

15 – Transparência e Integridade (artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 17.º do Regimento)-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, agendado nos termos do artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 17.º do Regimento deste Órgão e no seguimento da solicitação remetida à Mesa pelo membro Manuel Santos, do grupo municipal do Partido Socialista – registada na Divisão de Administração Geral sob o n.º 1.924, em 10 de fevereiro de 2017, documento esse enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito.-----

Fez ainda alusão à recomendação que aquele membro fez chegar à Mesa no âmbito do assunto e que igualmente foi distribuída, oportunamente, pelos membros da Assembleia Municipal. ---
De seguida, passou a palavra ao membro Manuel Santos para que este fizesse a apresentação dessa recomendação. -----

Usou da palavra o membro *Manuel Santos* (PS) que apresentou e explanou a recomendação em referência cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“No passado dia 8 de Fevereiro, a Transparência e Integridade, Associação Cívica (TIAC) e a unidade de investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro apresentaram o Índice de Transparência Municipal de 2016. Um trabalho de investigação que a TIAC realiza há 4 anos e que começa a exercer pressão sobre a



maioria das autarquias do país pois mais do que dois terços dos municípios melhoraram a sua pontuação sendo que isso nem sempre signifique uma melhoria na classificação global, que é o caso de Santa Maria da Feira. -----

Desde sempre existiu na sociedade a consciência dos problemas derivados da falta de transparência nas estruturas organizadas. Existe uma opinião generalizada da opacidade que existe nos organismos públicos, que tal favorece a corrupção, e, apesar de um aparente despertar sobre o assunto, ainda há muito a fazer nesse sentido como podemos verificar ao ver a classificação de Portugal no Índice de Perceção de Corrupção no mundo, trabalho elaborado pela Transparency International. O nosso país, desde 2012, oscila entre os 62 e 63 pontos demonstrando que se encontra estagnado no combate à corrupção e a direção da TIAC reage afirmando que a «cada ano que passa tem sido uma oportunidade perdida para fazer avanços no combate à corrupção e ganhar a confiança de observadores e investidores estrangeiros, tão necessária à nossa recuperação económica e desenvolvimento social». A TIAC, desde a sua criação, tem como objetivo investigar e criar métodos que influenciem positivamente o combate à corrupção, promovendo uma sociedade mais justa e uma democracia de qualidade em Portugal. -----

Os órgãos eleitos com poder de execução deveriam dar maior importância ao que é possível concretizar para contribuir para uma maior confiança e prosperidade do sistema político e das suas estruturas. Qualquer oportunidade desperdiçada é um ato de negligência no presente e perante o futuro daqueles que nos sucedem, pois sabemos que maior transparência e integridade das instituições públicas auxilia o desenvolvimento sustentável e próspero da comunidade, contagia positivamente a sociedade, dificulta as ações dos mal-intencionados, moraliza e engrandece as instituições e até a própria Democracia. -----

Nesse pressuposto, é essencial aproveitar o trabalho realizado por entidades como a TIAC que elabora anualmente, desde 2013, o índice transparência do poder local. Um trabalho de investigação que analisa a informação que cada município disponibiliza (ainda não a sua qualidade) no seu portal de Internet e que, perante os mesmos critérios de avaliação, Santa Maria da Feira, neste momento, ocupa o lugar 214 em 308 municípios. Apesar de ter melhorado a pontuação em 2,06 pontos desceu 36 posições pois outras autarquias fizeram um melhor trabalho em prol da Transparência e Integridade no seu concelho. A pontuação conquistada foi de 40,24 e, perante a escala de avaliação que a TIAC utiliza, situa-se no limiar



do Aceitável, no 10.º nível de 15 possíveis (ver tabela em anexo), ou seja, com menos 5 pontos seríamos classificados como um município Insuficiente, como aconteceu em 2013 e 2014. Analisando a avaliação que Santa Maria da Feira obteve em cada critério, o município, de forma exemplar, preenche todos os requisitos na área de “transparência económico-financeira” contudo de forma oposta obtém zero (em 10) no acesso à informação sobre “contratação pública” e menos de metade na “transparência na área do urbanismo”, as duas áreas que mais pontos representam no índice de transparência municipal. O preenchimento destes requisitos permitiriam uma excelente melhoria, conquistando um Bom na tabela de desempenho. -----

Santa Maria da Feira tem dimensão nacional, uma comunidade informada, com um forte tecido industrial e associativo, que tem motivação e estratégia para crescer mais caso tenham melhores condições. Este nosso concelho merece que a autarquia demonstre vontade e execute um plano para melhorar, atingindo um lugar de topo neste ranking de Transparência e Integridade. Apenas com a elaboração de um plano de ação e a sua execução é que este executivo pode demonstrar que pretende contrariar a tendência generalizada da opinião pública sobre os organismos públicos. -----

A Assembleia Municipal reunida em 17 de fevereiro de 2017 recomenda à Câmara Municipal:

1. Que elabore um plano de ação para que seja possível conquistar a qualificação de Bom, na tabela de desempenho.” -----

Acompanha a recomendação supratranscrita a tabela a que a mesma se refere. -----

Interveio o membro *Fernando Moreira* (PSD) que começou por dizer que considera que tais estudos são importantes mas que somente devem ser valorizados da forma que merecem, ressaltando que não viu o estudo mas que ouviu a opinião do Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, nada favorável ao estudo. -----

Disse ser da opinião que a luta contra a corrupção não se faz acusando-se todos de corruptos, mas sim punindo-se severamente os casos que são comprovados, acrescentando que, infelizmente, o que vê acontecer no País é muita gente ser acusada e julgada na praça pública, mas que não vê acontecer decisões concretas pelo que não sabe se tais pessoas são, ou não, culpadas. -----

Referiu ser da opinião que, no caso concreto de Santa Maria da Feira, mais transparência não



pode existir, comentando que deve ser dos poucos municípios do País onde, desde há muitos anos, todas as reuniões e sessões da Câmara e Assembleia Municipal são públicas, pelo que qualquer cidadão pode assistir às mesmas e presenciar a discussão e votação dos assuntos.-----

Disse considerar um pouco falsa a questão de não constar no portal da Câmara as contratações públicas que a mesma faz, fazendo sobressair que todos esses dados estão na plataforma eletrónica de contratação pública – Base.gov. Salientou que o assunto da contratação pública levaria a uma discussão muito longa e que tal assunto é muito bom para a litigância, realçando que Portugal deve ser dos países com maior litigância na contratação pública e que lhe parece que muito pouca gente está preocupada com isso.-----

Disse que, pelo que sabe, a Câmara está a fazer algum investimento no sentido de melhorar o seu portal e que isso é positivo e importante, acrescentando, contudo, que não se pode vir acusar e dizer que está tudo mal só porque um determinado dado não consta do portal da Câmara, ainda mais quando esse mesmo dado é consultado por um número muito pequeno de pessoas e pode ser consultado na internet, na plataforma Base.gov.-----

Concluindo a sua intervenção o membro Fernando Moreira disse que as coisas devem ser valorizadas pelo valor que têm, e não mais do que isso, salientando ser da opinião que a recomendação é perfeitamente desnecessária.-----

Interveio o membro *Filipe Moreira* (CDU) que começou por dar nota que o índice da transparência municipal em referência incide, essencialmente, na informação que os municípios disponibilizam on-line. Referiu que a CDU, desde há vários anos e fruto da digitalização da sociedade a que se tem assistido, é favorável à disponibilização de mais informação no portal da Câmara, nomeadamente a transmissão em direto das sessões da Assembleia Municipal para que cheguem, desse modo, a mais cidadãos.-----

Salientou que, independentemente de se concordar, ou não, com este índice da transparência, a verdade é que o mesmo já tem alguma longevidade e serve como tabulação da evolução dos municípios, ressaltando que, no caso do município de Santa Maria da Feira, constata-se uma evolução muito reduzida que não chega para acompanhar a evolução dos outros municípios, daí ter caído no ranking, salientando que a discussão dever-se-ia centrar, também, nesse aspeto.-----



Interveio o membro *Moisés Ferreira* (BE) que começou por recordar que, no Período de Antes da Ordem do Dia desta sessão, apresentou uma recomendação onde muitas das propostas vão no mesmo sentido daquilo que consta da recomendação agora em discussão, pelo que não iria estar a repetir os argumentos que falou nessa ocasião. -----

Disse, contudo, querer rebater algumas das afirmações proferidas pelo membro José Manuel Leão, no Período de Antes da Ordem do Dia, e pelo Fernando Moreira, neste ponto da Ordem do Dia. -----

Salientou que a verdade é que o município de Santa Maria da Feira não está bem classificado no ranking, ressaltando, sobre a afirmação de que não haverá município mais transparente do que o de Santa Maria da Feira, que tal não é fatual porque caso alguém pretenda, por exemplo, aceder aos documentos que foram discutidos e chumbados nesta sessão, e como votou cada partido, não tem uma forma simples de o fazer. -----

Fez notar que outro exemplo é que caso alguém, que até tencionava assistir a esta sessão porque nela seria discutido um assunto do seu interesse, mas não pôde fazê-lo por qualquer motivo, não tem a possibilidade de ver a sessão num momento posterior dado não haver gravação da mesma. -----

Sobre a afirmação de que as atas das sessões e reuniões transcrevem tudo o que se passa, disse que, sendo verdade, ler 200 páginas não é o mesmo que ter a informação discriminada, catalogada e de acesso simples, tal como existem maneiras mais fáceis de saber o que diz um edital que se encontra afixado numa junta de freguesia. -----

Frisou que é preciso atualizar a forma de comunicação com os munícipes, ressaltando que existem imensas aplicações para smartphones bem como uma panóplia de ferramentas para disponibilizar a informação, pelo que não há razão para não seja disponibilizada, tal como não há razão para que as sessões da Assembleia Municipal e as reuniões da Câmara Municipal não sejam transmitidas, para que as pessoas possam assistir às mesmas sem que tenham de se deslocar ao local onde se realizam. -----

Sobre a afirmação de que a informação relativa à contratação pública do Município pode ser consultada na plataforma Base.gov, disse que uma coisa é procurar no meio de milhares de documentos e outra coisa é ter a informação mais acessível e de maneira mais direcionada no portal da Câmara, comentando ser sabido que uma boa forma de esconder informação é dar a informação toda.-----



Concluindo a sua intervenção o membro Moisés Ferreira realçou que uma coisa é ter a informação e outra coisa é chegar à informação, reafirmando que o portal da Câmara poderia ajudar os cidadãos a chegar à informação bem como disponibilizar mais informação, salientando não ser verdade que toda a informação está disponível no portal da Câmara.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por dizer que o Município está perfeitamente à-vontade no que respeita às questões de transparência e integridade. -----

Relativamente ao Índice de Transparência Municipal referiu que o mesmo é realizado por uma associação cívica, acrescentando que as associações cívicas estão na moda e que, muitas vezes, não passam de famílias ou de um grupo de amigos que decidem constituir uma associação cívica para fazer algo.-----

Realçou que o próprio Sr. Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses e Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Dr. Manuel Machado, que foi eleito pelo Partido Socialista, questionou esse índice e a associação cívica que o promoveu.-----

Questionou como é que se pode considerar fiável um estudo que se baseia no site da Câmara, salientando que o município de Santa Maria da Feira até podia usar o índice a seu favor porque lhe é atribuída a pontuação máxima, de 100, na parte da transparência económico-financeira, que é a que mais importa. Salientou que, por outro lado, é atribuída ao Município a pontuação de 0 (zero) na questão da contratação pública porque não houve o cuidado, da parte de quem realizou o estudo, de ir à plataforma Base.gov fazer a devida pesquisa, pois apareceria toda a informação relativa à contratação pública efetuada pelo Município. -----

Referiu que, na área do urbanismo, Santa Maria da Feira deve ser dos poucos municípios do País onde o cidadão e o projetista podem consultar o processo via on-line, tendo acesso a todas as informações e ao ponto de situação do mesmo, pelo que não percebia como foi dado ao Município, nessa parte, a pontuação de 42,86. -----

Destacou ainda que, como mencionado, todas as reuniões de Câmara e sessões da Assembleia Municipal são públicas e que nelas estão sempre presentes dois ou três jornalistas.-----

Sobre a questão das reuniões e sessões serem transmitidas em direto, questionou aos que defendem essa situação se acham que o povo está assim tão interessado em estar quatro horas a ver, por exemplo, os trabalhos duma sessão da Assembleia, e se acham que o que faz falta é estar um operador de câmara, nas sessões, a ganhar umas horas extra para filmar os senhores



deputados municipais. -----

Concluindo, o Sr. Presidente da Câmara realçou que a ata é o documento legal que faz refletir o que se passa nas reuniões e nas sessões, que é fidedigna e que é disponibilizada quase de imediato à realização das mesmas. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 17 votos a favor da recomendação (PS: 15, CDU, BE), 30 votos contra (PSD: 29, CDS-PP) e 2 abstenções (PS: Rui Alves Rios e Maria Manuela Teixeira), rejeitar a recomendação apresentada pelo membro Manuel Santos – cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro *Válter Amorim* (CDS-PP) fez a seguinte declaração de voto:-----

“Em conformidade com a tomada de posição que foi tida no período prévio à ordem de trabalhos, aquando de uma recomendação trazido pelo Bloco de Esquerda, e para justificação do sentido de voto, exatamente em conformidade com o que aí foi plasmado. O que achamos é que há um défice de informação, isso sim, e que, tal como dissemos no ponto nessa altura discutido, convém diligenciar intervenções corretivas a esse nível, que permitam uma maior comunicação com o exterior, neste caso, com os municípios.” -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o Período em epígrafe, informou existirem 7 inscrições para intervir neste Período, que seguidamente se identificam: -----

1 – Maria Lúcia Azevedo Lima Pinho -----

Morada: Rua António José Bastos, n.º 200, Milheirós de Poiães -----

Assunto: Petição pública – Pela defesa da unidade do concelho de Santa Maria da Feira -----

2 – Fernando Alberto Oliveira e Silva -----

Morada: Rua Joaquim Domingues Mais, 2136, Nogueira da Regedoura-----

Assunto: Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de parcela de terreno sita no lugar de Gôda, em Mozelos -----

3 – António Perestrelo Lima-----

Morada: Rua S. José, n.º 915, Santa Maria de Lamas -----



Assunto: Não à desanexação de Milheirós de Poiars do concelho de Santa Maria da Feira-----

4 – Roberto Paulo Ribeiro Dias -----

Morada: Rua de Gaiate, 705, Milheirós de Poiars -----

Assunto: Pela defesa da unidade do concelho de Santa Maria da Feira-----

5 – Adriano Serafim Resende Martins -----

Morada: Rua António José Bastos, n.º 80, Milheirós de Poiars-----

Assunto: Petição n.º 245/XIII/2.ª – “Solicitam que a freguesia de Milheirós de Poiars se mantenha no concelho de Santa Maria da Feira”-----

6 – Lúcia Alexandra Bastos Casimiro-----

Morada: Rua da Gândara, Milheirós de Poiars-----

Assunto: pela defesa de Milheirós de Poiars-----

7 – Maria do Rosário da Silva Meneses -----

Morada: Rua da Liberdade, Milheirós de Poiars-----

Assunto: A liberdade dos Milheiroenses.-----

O Sr. Presidente da Assembleia informou que, entretanto, 2 dos cidadãos inscritos comunicaram à Mesa a sua desistência – designadamente os cidadãos Fernando Silva e Lúcia Casimiro – pelo que seriam 5 os cidadãos a intervir. Informando aos cidadãos inscritos que, nos termos regimentais, não poderiam exceder o tempo de cinco minutos de intervenção, passou a palavra à cidadã Maria Lúcia Pinho.-----

Usou da palavra a cidadã *Maria Lúcia Pinho*, que fez a seguinte intervenção:-----

“Eu sou de Milheirós de Poiars e estou aqui como pessoa que pretendo continuar no concelho de Santa Maria da Feira.-----

Gostei e foi muito importante para mim ouvir aqui alguns dos senhores deputados referirem algumas das coisas que me inquietam, uma das quais, o que é que São João da Madeira tem para oferecer a Milheirós de Poiars uma vez que os que defendem a integração em São João da Madeira nunca, que eu saiba, nem em meio de comunicação social nenhum, apareceu o que é que São João da Madeira nos vai dar. Qual é o projeto que eles têm para Milheirós de Poiars? Eu como milheiroense, que tenho 58 anos, nascida em Milheirós de Poiars, gostava de saber o que é que será o futuro de Milheirós de Poiars se nós formos para São João da Madeira.-----



Isso é uma questão que aqui foi levantada que me inquieta muito como milheiroense. -----
Queria também dizer que o referendo, que tanto é apregoado por quem defende a integração em São João da Madeira, foi feito num contexto de evolução social em Portugal devido aos ajustes que houve a nível autárquico. -----
Duvido que, neste momento, e com mais esclarecimento, esses resultados fossem assim tão significativos como foram, apesar de muitos milheiroenses nem sequer terem ido votar. -----
Eu fui votar, nesse refendo, e votei pelo Não porque eu quero continuar a pertencer ao concelho de Santa Maria da Feira. -----
Estou aqui também como professora. Como professora que tem 38 anos de serviço, 30 dos quais no concelho de Santa Maria da Feira, maior parte deles na minha freguesia de Milheirós de Poiares, 5 deles, anteriores a esses 30, em São João da Madeira. Fui professora lá e não quis lá continuar a ser professora, mal tive oportunidade vim para o meu concelho dar aulas. --
Sou testemunha de todo o desenvolvimento que a nível da educação, a nível principalmente do primeiro ciclo, porque eu sou professora do primeiro ciclo, o nosso concelho teve. -----
Sou testemunha de muitos professores de outros concelhos, até bem distantes, que vinham trabalhar para o nosso concelho e que se admiravam com tudo o que no nosso concelho se realizava a nível da educação. -----
Começou com a senhora vereadora Conceição Ferreira, e muitas das nossas crianças, dos nossos jovens usufruíram de uma educação que as crianças de São João da Madeira não usufruíam, de tal maneira que a Câmara de São João da Madeira veio buscar os funcionários que trabalharam com a senhora vereadora Conceição Ferreira, na altura, para irem para São João da Madeira implementar as mesmas medidas. -----
Eu queria dizer também que a nossa escola, a EB 1 de Milheirós de Poiares, à qual eu pertenço, à qual eu pertenço não, na qual eu trabalho, porque na realidade eu pertenço ao Agrupamento de Escolas de Arrifana, assim como as outras minhas colegas que lá trabalham, algumas das quais há 15 anos, e nós temos um sentimento enorme por aquela escola, esse sentimento foi-nos transmitido pelas professoras anteriores àquela escola, que eram de Milheirós. -----
Nós estamos a comemorar 90 anos de escola, concretamente os meus alunos do quarto ano de escolaridade, mas que já começaram o ano passado, estão a reconstruir a história da nossa escola, eles vivem com muita intensidade, todos os que trabalharam na nossa escola e quem a



edificou, alguns dos quais como o Sr. Dr. Crispim, família Alves Moreira, fazem parte da toponímia daqui da cidade de Santa Maria da Feira.-----

Eu até sinto também que os meus alunos, como eu, sentem assim uma grande desilusão, sentem um sentimento de perda e não de pertença, como muitas vezes se diz que nós pertencemos a São João da Madeira. Eu faço a minha vida em São João da Madeira, eu estudei em São João da Madeira, mas eu não quero pertencer a São João da Madeira, eu quero continuar a ser feirense, eu quero continuar a dignificar os meus 500 anos de história como feirense.-----

E eu fico triste, fico também um bocadinho sem saber o que nos vai esperar no futuro, até como professores, porque nós, se as regras de colocação continuarem como até aqui, nós vamos ter que sair da nossa escola, a quem demos tanto, à nossa comunidade a quem demos tanto, porque nós não somos professores daquela escola, nós somos professores de um Agrupamento de Escolas.-----

Em relação à E.B. 2,3 há também um sentimento de perda porque a maioria dos nossos alunos sempre foram de Romariz, Pigeiros também, mas Romariz, os alunos de Romariz vão ter um projeto educativo diferente dos alunos de Milheirós, que irão pertencer a São João da Madeira. Qual será o futuro da nossa E.B. 2,3? Eu tenho 17 alunos do quarto ano. A nossa escola tem algum futuro com 17 alunos que irão para a turma do quinto ano, no ano seguinte, da mesma forma?-----

E, portanto, como professora, como Milheiroense, eu sinto-me desconfortável, muito desconfortável, e gostaria que a outra parte me esclarecesse mais, a mim e à restante população, porque penso que muitas das pessoas não sabem no que se estão a meter.” -----

Usou da palavra o cidadão *António Perestrelo Lima*, que fez a seguinte intervenção: -----

“Eu gostaria de, mais uma vez, abordar aqui alguns aspetos que considero relevantes neste processo de Milheirós de Poiares. -----

É que andamos aqui a discutir um assunto que, na minha opinião, não tem razão de ser. Isto é um nado morto. Isto é o que sempre foi, um não assunto, apenas alimentado pelos interesses de algumas pessoas.-----

Obviamente que me refiro ao famigerado referendo de 2012. Se todos se recordam, o Tribunal Constitucional autorizou a realização do dito referendo, mas, e há aqui um grande mas, o



Handwritten signature and initials

mesmo não teria qualquer efeito vinculativo. Eu repito, sem efeito vinculativo.-----
Como se não bastasse o facto de o povo de Milheirós ter sido chamado às urnas há já 5 anos, há que enquadrar esse referendo no seu devido contexto. Vivíamos um momento de reforma administrativa e, à época, semeou-se o medo e o pânico na freguesia, dizendo-se que ou Milheirós de Poiares se anexava a São João da Madeira ou a freguesia seria extinta.-----
Recordando declarações de 2012 do Sr. Presidente de Junta de Freguesia à RTP, a transferência de concelho, e passo a citar: “é a única que, de facto, nos garante 100% a não extinção. De facto, com São João da Madeira nós não precisamos de agregar, mas pertenceríamos a um concelho que nos manteria como freguesia na íntegra.” - fim de citação. -
Eu pergunto se Milheirós deixou de ser a freguesia independente que é.-----
O valor do referendo caiu por terra no momento em que a freguesia de Milheirós de Poiares não foi extinta. O referendo, e por muito que digam o contrário, há muito que perdeu a sua validade democrática. O povo votou para a freguesia não ser anexada e para defender a sua integridade e não para se mudar de concelho. -----
No entanto, há quem insista em querer enganar o povo de Milheirós de Poiares.-----
Não me perguntem o porquê da insistência desta dita comissão na tentativa de vender ou dar a freguesia ao concelho vizinho. -----
Os milheiroenses já perceberam que os interesses e as ambições pessoais de duas ou três pessoas, escudadas por outros tantos fiéis servidores, representam o prejuízo de uma freguesia inteira.-----
Entretanto, e talvez porque confundam o verdadeiro sentido da palavra democracia, gostaria que os mentores deste pseudomovimento me pudessem responder:-----
Que Democracia defende o Movimento Pelo Sim, quando andou a colar panfletos, e posso-vos mostrar em tamanho maior (*exibiu panfleto*), intimidatórios em todas as caixas de correio de Milheirós de Poiares, inclusive nas fachadas de alguns prédios da Urbanização do Seixal? E diz aqui: Se lhe pedirem a sua assinatura não o faça sem consultar a Junta de Freguesia. Caricato, no mínimo. -----
Que belo exemplo de espírito democrático demonstrado por este movimento, pela Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares e pelo seu presidente, já que em momento algum o vi ou ouvi censurar esta tentativa de amordaçar e calar a opinião e a voz dos milheiroenses. -----
Creio que aqui estes democratas praticam uma democracia ditatorial.-----



Em Milheirós de Poiares há gente, como esta, que pretende enganar as pessoas. Na recolha de assinaturas em Milheirós de Poiares, muitos foram os milheiroenses que, quando convidados a assinar a petição pela unidade do concelho, descobriram terem sido enganados. Eu tive casos desses, eu presenciei casos desses e posso focar as pessoas que se sentiram enganadas. Muitos diziam ter já assinado o documento para a manutenção em Santa Maria da Feira no verão passado. E nós retorquíamos: deve estar equivocado, o que assinou foi a petição para a integração da freguesia no concelho vizinho. Não, insistiam, as pessoas da Junta que aqui vieram perguntaram-me se queria ir para São João da Madeira ou ficar na Feira, referi que queria ficar na Feira e disseram-me: então assine aqui. -----

Eu tenho um caso desses, se for preciso eu ponho a pessoa a testemunhar essa verdade.-----

Pergunto: é assim que se defende a democracia? É assim que se respeita a vontade popular? ---

Em menos de um mês, cerca de 1000 milheiroenses maiores de idade, repito, maiores de idade, disseram não a este ato de traição. Os números falam por si e esmagam a mentira repetida até à exaustão pelo presidente da Junta da minha freguesia e seus comparsas. -----

Pergunto eu: perante a verdade expressa por estes números, onde está, afinal de contas, a tal unanimidade apregoada por esse bando de salteadores? Pois é, não está em lado nenhum, pelo simples facto de que esta imaginária unanimidade nunca existiu. -----

Não desisti de ter esperança em Milheirós de Poiares e no seu futuro. -----

Acredito que, muito em breve, os milheiroenses darão, como têm dado nestas últimas semanas, muitas mais provas da sua genuína inteligência democrática. -----

A razão da força há de ceder à força da razão. Os ditadores caem, e sempre sem glória. Estas acertadas palavras foram escritas por Paulo Alves, um dos poucos fiéis seguidores dessa seita e bem próximo do presidente de Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares.-----

Ora, se a glória é algo que a história fará justiça de negar a esta gente, resta-nos aguardar pela sua queda. -----

Quanto à hipotética mudança para São João da Madeira, insisto na questão: O que escondem os mentores? Com quem e com que legitimidade negociaram esta mudança? O que é que São João da Madeira está disposto a dar a Milheirós de Poiares? Mostrem ao povo de Milheirós o que todos temos o direito de saber. O que escondem?-----

Não têm o direito de dar a minha terra. Esta terra também é minha, não o aceito.-----

E parafraseando o meu avô, e dirigindo-me ao Sr. Augusto Santos e ao Sr. Adriano Martins,



que são os dois principais mentores, e poucas mais pessoas aqui estão de Milheirós, parafraseando o meu avô posso-vos dizer: Vós sois uns vendedores de pátrias. -----
Tenham vergonha das vossas atitudes e não esqueçam os 500 anos de história que nos ligam a Santa Maria da Feira.”-----

Usou da palavra o cidadão *Roberto Dias*, que fez a seguinte intervenção:-----

“Dirijo-me a todos vós com uma única intenção, defender a minha terra. -----

Chamo-me Roberto Pinho, sou nascido, criado e residente em Milheirós de Poiares. Sou bancário, trabalhei em vários concelhos e por onde trabalhei sempre fiz questão de afirmar que sou milheiroense e que sou feirense. Temos a nossa cultura, respeitamos as nossas tradições, o nosso passado, a nossa história, mas olhamos sempre para o futuro.-----

Sou contra esta absurda ideia de mudar de concelho.-----

Sei que não estou sozinho nesta luta, existe um vasto número de milheiroenses, conforme ficou demonstrado na petição, que de uma forma clara se opõem à integração de Milheirós de Poiares no concelho de São João da Madeira. -----

Este facto apenas me dá mais força para denunciar todos os interesses que estão por detrás disto tudo. -----

Sinto-me envergonhado, repito, sinto-me envergonhado por toda esta fraude encabeçada por aquele senhor, o presidente da Junta de Freguesia. -----

Não deixa de ser curioso que este tema só é assunto quando o senhor Augusto Pinho Santos é Presidente de Junta. Não tenhamos dúvidas. A integração de Milheirós de Poiares em São João da Madeira é apenas um sonho e uma ambição pessoal do senhor Augusto Pinho Santos.

Não tenho a menor dúvida de que o Sr. Presidente de Junta é o principal responsável político e material de todo este processo.-----

Para Augusto Pinho Santos primeiro está o seu cego interesse político, só depois os interesses da comunidade que o elegeu, repito, da comunidade que o elegeu. -----

Um presidente de junta é eleito para defender a sua terra e as suas gentes. Lamento que o Presidente da Junta da minha terra não o faça. -----

Estão cumpridos oito anos de desgoverno daquele senhor. Oito anos que ficam marcados unicamente pela busca de um objetivo meramente pessoal, de mudança para outro concelho. Obra, zero.-----



Milheirós de Poiares e os milheiroenses mereciam mais e melhor. Não mereciam um Presidente de Junta que, de uma forma constante e permanente, pretende ficar com os méritos das obras feitas e pagas por outros, como as obras realizadas por aquele senhor, o senhor Casimiro Loureiro, e pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira. O último exemplo é a renovação do Cineteatro.-----

Relembro que quando Milheirós de Poiares teve um presidente de Junta que colocou os interesses da freguesia acima dos interesses pessoais e que considerava que Milheirós de Poiares era parte integrante de Santa Maria da Feira, foram efetuados vários investimentos, o saneamento, a zona de lazer do Outeiro e a construção da única praia fluvial do Concelho. ---- Isto só prova que com um presidente de Junta capaz o futuro de Milheirós de Poiares é com Santa Maria da Feira. -----

Os milheiroenses não mereciam um presidente que usa o medo e a intimidação para atingir os seus propósitos pessoais. Os milheiroenses não mereciam um presidente de Junta que, procurando silenciar a população, se dispõe a vender a história, a identidade da sua terra e a colocar o desenvolvimento e o futuro da nossa freguesia em causa. -----

Mas este procedimento não é de agora, já em junho de 1996, numa famosa Assembleia de Freguesia de plenário, que foi efetuada sobre este tema, tentou silenciar um grupo de jovens dos quais eu fazia parte, há vinte anos atrás, só porque vestiam uma camisola, esta camisola, esta camisola que tem vinte anos. Esta camisola demonstrava na altura, e demonstra hoje, o orgulho de ser feirense. E foi-nos impedido, ou tentaram, que não entrássemos nesse plenário, e o primeiro responsável tem um nome, é o senhor Augusto Pinho Santos. -----

O senhor Presidente da Junta há muito que nos habituou às suas mentiras, aos seus lapsos de memória, e isto, garanto-vos, que é a pura das verdades. Se não acreditarem em mim, consultem as atas das assembleias de freguesia de Milheirós de Poiares e conseguem perceber que existe um perdão pedido pelo senhor Augusto Pinho Santos aos milheiroenses porque foi confrontado com uma série de factos que provou que estava a mentir. -----

O Sr. Presidente de Junta de Milheirós de Poiares foi eleito para defender Milheirós de Poiares e não São João da Madeira. -----

Como é que alguém que foi eleito para defender a sua terra pode assegurar que, com a passagem de Milheirós de Poiares para São João da Madeira, primeiro, que o Centro de Saúde não feche. O Centro de Saúde de Milheirós de Poiares faz parte do ACES Feira/Arouca, eu



vou repetir, é Feira/Arouca e não São João da Madeira/Arouca. -----

O Sr. Presidente da Junta sabe, se não sabe devia saber porque é enfermeiro, que com a mudança de concelho e com a falta de médicos e enfermeiros que existem, quem está em Milheirós seguramente que vai para outro Centro de Saúde do ACES Feira/Arouca. Ele não pode garantir que o Centro de Saúde se mantém aberto. -----

Sobre a escola E.B. 2,3 eu tinha aqui muito que dizer mas a professora Lúcia já disse muita coisa. Mas há um ponto que eu tenho que falar. -----

Eu estou a falar de uma pessoa que na altura da construção da dita escola da E.B. 2,3 andou com uma bandeirinha na mão, à frente de todos os milheiroenses, a dizer: essa escola só foi construída por minha causa. Hoje, coloca os seus interesses pessoais em primeiro lugar e já não se importa que a escola seja fechada. -----

Para mim é intelectualmente inaceitável, desonesto, acreditar que o Sr. Presidente da Junta de Milheirós de Poiares ofereça a freguesia a São João da Madeira sem ter negociado contrapartidas, sem ter nada em troca. As contrapartidas foram negociadas e ficou provado já nesta Assembleia que foram realizadas reuniões secretas, ou pseudo-secretas, com responsáveis do concelho vizinho. Porque é que essas contrapartidas não são do conhecimento público? Repito, porque é que essas contrapartidas não são do conhecimento público? -----

Sou levado a pensar que, afinal, as contrapartidas negociadas não são para Milheirós de Poiares mas são para satisfazer a sede de poder do Sr. Presidente da Junta, o senhor Augusto Pinho Santos. -----

No entanto, e ao contrário do que se possa pensar, os milheiroenses têm cabeça e sabem pensar, têm olhos e conseguem ver, e por muito que nos queira calar, como fez no passado, com aquele conjunto de jovens que orgulhosamente vestiam esta camisola. -----

Os milheiroenses têm voz e fazem-se ouvir. Senhor Presidente da Junta, faça-nos um favor a todos, emigre para São João da Madeira. -----

Viva Milheirós, terra de Feirenses.” -----

Usou da palavra o cidadão *Adriano Martins*, que fez a seguinte intervenção: -----

“Relativamente a essa petição lançada pela Câmara da Feira eu quero dizer, em primeiro lugar, que ela se baseia em pressupostos falsos e em mentiras. -----

Depois é curioso que com todos os funcionários que foram mobilizados, com tantos carros



destacados, com treinos de futebol que foram parados para assinar, com escolas que foram intimidadas, com alerta nas missas para a assinatura, com Perlins e outras coisas tais, o máximo que conseguiram foi uma adesão de perto de 16% dos feirenses o que demonstra que a maioria esmagadora respeita a vontade do povo de Milheirós, expressa de forma livre e democrática. -----

Desses 16% ainda dizem que têm 800 assinaturas de Milheirós de Poiares, o que é a mais divertida invenção tendo em conta que ninguém o pode comprovar. -----

Até podem dizer 2000, não é? Eu julgo que nem 19%, que tiveram no referendo, têm de assinaturas, mas eles vão inventando, e ainda continuam lá hoje, ainda hoje andaram em Arrifana. -----

Eu sei que incomoda muito ao poder instalado na Feira conviver com afirmações do povo de uma freguesia que, ainda por cima, está unido. No referendo votaram na mudança de concelho 81%, a petição até parece que tem mais assinaturas que os habitantes de Milheirós. A Assembleia de Freguesia, com 6 membros do PS e 3 do PSD, aqueles que os senhores escolheram, votou por unanimidade a mudança numa Assembleia com mais de 150 milheiroenses que aplaudiram de pé, e votaram por aclamação e fizeram, no final, duas alas para todos os membros da Assembleia e Junta de Freguesia. Aplaudiram de pé a verticalidade dos seus membros. Eu sei que custa mas têm que aceitar até porque na Comissão do Poder Local da Assembleia da República votaram a favor do relatório da petição, com os votos favoráveis do Bloco de Esquerda, do PCP, do PEV, do PS, do PAN e do CDS. Ficaram sozinhos os deputados do PSD que votaram contra porque faltava uma vírgula no relatório. Ridículo, não é? -----

E para finalizar, em relação a esta petição, só quero dizer que é triste ver que o PSD tudo tentou para adiar e boicotar a discussão da petição a favor da mudança para o concelho de São João da Madeira, mas é agora o grupo parlamentar com mais pressa para discutir esta contra petição uma vez que as duas não foram juntas, como contava o Deputado Amadeu Albergaria, e nesse sentido fica à consideração de todos quantos me ouvem refletir sobre os esquemas que alguém que é simultaneamente Deputado no Parlamento e Presidente da Assembleia, usa para ganhar na secretaria o que não é capaz de ganhar no terreno. -----

Quanto aos milheiroenses que aqui intervieram e que vão intervir nesta Assembleia, tenho o maior respeito por todos eles, mas quero-vos dizer o seguinte: todos estes argumentos, em



cap
AA
2

2012, vocês usaram na nossa freguesia para contrariar a votação do referendo. O povo deu-vos a resposta, 19% estiveram com vocês, 81% estiveram connosco.-----

Depois, passado um ano, não é dizer que o senhor Presidente da Junta foi eleito e que está a enganar o povo. Nós fizemos o nosso manifesto, está aqui o Sr. Presidente da Junta, e foi muito claro, foi muito claro, queríamos continuar a defender a vontade dos milheiroenses e, por isso, continuaremos a lutar pela integração da freguesia de Milheirós de Poiares no concelho de São João da Madeira. O povo deu-vos a resposta, a todos esses vossos argumentos, a toda essa campanha que lá fizeram para ganhar as eleições, e o povo deu o dobro da votação na diferença entre os dois partidos, e 6 membros da Assembleia são do PS e 3 do PSD.-----

Por isso, vocês têm muita pena, eu sei que têm muita pena, mas é preciso convencer os milheiroenses, não é andar com estas artimanhas, estas habilidades. Ainda hoje dizia uma criança, se a minha mãe e o meu pai não assinar, para o ano não vamos ter professora. Isto é intimidar as crianças já. Vocês usam tudo para conseguir isto, agora se têm dúvidas apresentem a lista, que vocês tiveram acesso à nossa lista, não sei como, às nossas assinaturas. Eu pergunto, tragam as assinaturas de Milheirós de Poiares e venham provar que têm 400, se calhar, ou 300, mas dizem 1000, qualquer dia são 2000 e depois são 3000, coisa que ninguém acredita. Está a compreender? Acredita quando o senhor chegar com as lista e a gente começar ali a ver, e dizer, sim senhor, estão aqui 300 ou 400 que são de Milheirós de Poiares. Agora o que o senhor diz, pode-as recolher noutro lado qualquer e depois imputá-las a Milheirós de Poiares.-----

Quero-vos dizer que, mesmo num eleitorado de 140.000 mil em Santa Maria da Feira, a Câmara conseguiu 16%, 84% disseram não à Câmara.”-----

Neste instante, o *Sr. Presidente da Assembleia* pediu ao cidadão Adriano Martins para terminar a intervenção, por ultrapassado o tempo regimental, e, após uma breve troca de palavras entre ambos, retirou-lhe o uso da palavra, passando a palavra à cidadã seguinte, Maria do Rosário Meneses.-----

Usou da palavra a cidadã *Maria do Rosário Meneses*, que fez a seguinte intervenção:-----

“Sou Rosário Meneses e sou milheiroense.-----



Sou defensora da identidade da nossa terra, identidade essa desde sempre interligada ao concelho de Santa Maria da Feira. Não sou eu que o digo, é a História da minha freguesia e a História do meu concelho que o comprovam, motivo pelo qual não podemos nunca esquecer o Foral da Feira e Terra de Santa Maria, datado de 1514. Querer, agora, reescrever ou apagar a História é algo a que me oponho firmemente. -----

A nossa identidade não está à venda, nem sujeita a trocas conforme vontades de alguns. No entanto, encontra-se ameaçada por aqueles que desejam alterar as nossas ligações históricas com Santa Maria da Feira, e posso afirmar, dado que pude comprovar na recolha de assinaturas em que participei na minha freguesia, contra a vontade do povo de Milheirós. -----

Temos competência e saber, e acreditamos na nossa capacidade de promovermos o nosso próprio desenvolvimento sem a muleta de terceiros. Temos capacidade de trabalho, somos empreendedores e inteligentes o suficiente para rejeitarmos esta tentativa de aniquilação da nossa freguesia. -----

A dinâmica atual da nossa sociedade não se coaduna com mudanças administrativas que não contribuem para o desenvolvimento local. A nossa terra mudou muito nos últimos anos e isso deve-se ao investimento realizado pelo município de Santa Maria da Feira e pelo esforço dos nossos antepassados milheiroenses. Vimos nascer infraestruturas, equipamentos, espaços verdes, entre outros. E já não somos uma terra predominantemente rural, como éramos no passado. -----

Sou milheiroense e feirense com orgulho e acredito nos dinâmicos e ativos cidadãos de Milheirós de Poiares, cidadãos capazes de promover o seu desenvolvimento em parceria com o Município ao qual sempre pertencemos. -----

Sou e somos todos, os milheiroenses, cidadãos do mundo, alguns com raízes nos navegadores, mas sempre com raízes firmes em Milheirós de Poiares. Todos nós podemos circular pelos territórios para estudar, trabalhar, viver, mas nunca esquecermos a nossa história e o nosso Município em forma de coração. -----

Do exterior devemos captar para Milheirós de Poiares as boas práticas de outras freguesias e outras regiões e sermos capazes de as transferir para o nosso território milheiroense e nunca transferir o território para outros. Trazer para casa e engrandecer a casa, empoderá-la e não o contrário, esvaziá-la. -----

Os milheiroenses são pessoas de bem e de trabalho. A nossa freguesia tem potencial,



soubemos crescer nas mais diversas áreas, na educação, na ação social, na cultura e na economia local. -----

Em 2017 ser milheiroense é ser ativo empreendedor, circular pelos territórios, atrair e transferir para a freguesia o que de melhor há no exterior, é manter a identidade feirense, e é sobretudo amar a terra e estar grato a todos aqueles que sempre contribuíram para a evolução e desenvolvimento da freguesia. -----

Santa Maria da Feira é hoje, e também graças ao contributo de Milheirós de Poiares, um dos maiores concelhos do País, possui identidade, notoriedade e um dinamismo económico e social assinalável. É um dos primeiros entre os 308 municípios portugueses. Querer mudar, só porque sim, é andar para trás. E isso não posso aceitar. Querer mudar é colocar um travão no desenvolvimento da nossa terra. -----

O nosso lugar, o lugar de Milheirós de Poiares, é na dianteira. -----

O nosso lugar, o lugar que queremos é o nosso lugar de sempre, juntos com Santa Maria da Feira.”-----

Pedi a palavra o membro *Augusto Santos* – Presidente da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares, que fez a seguinte intervenção: -----

“De facto, não era minha intenção voltar aqui ao púlpito, mas como disse o meu colega Adriano, respeitando os milheiroenses e a sua opinião, não posso deixar de dizer duas coisas. - Primeiro, relativamente à história de Milheirós, há aí um equívoco muito grande. Não temos 500 anos, nós somos freguesia de Milheirós desde o tempo de D. Dinis, 1253, desde o primeiro Foral. Por isso, mudem lá os vossos registos históricos. De Poiares é que tem 500 anos. Para se diferenciar, já agora um bocadinho de história, o Milheirós cá da Feira era Milheirós de pares, conforme está lá no Foral Manuelino, de 10 de fevereiro de 1514. -----

Relativamente ao que diz a senhora professora, podia dizer também que a escola anda em obras e que a Junta de Freguesia anda a pintar a escola, mas ficava-lhe mal.-----

Relativamente ao Roberto Pinho, eu agradeço o elogio que me fez porque, de facto, em Milheirós todos me conhecem por um rapaz humilde. Sou filho de gente humilde, de gente honrada e nunca me subiu o poder à cabeça. Curiosamente nunca quis ser presidente de Junta, fui sempre por acaso. Quando quis ser, perdi as eleições, curiosamente. Isto é histórico, isto é verdadeiro. Portanto, poder para mim é serviço. -----



E como vocês sabem, que também são autarcas, e os autarcas que aqui estão, nós não temos horas para nos baterem à porta. Seja a que horas for.-----

Relativamente a não fazer nada, é espantoso porque como é que o povo da minha terra me reelegeu, triplicando a diferença de votos. Eu ganhei as primeiras eleições ao Sr. Casimiro Loureiro por 212 votos de diferença. Recandidatei-me e tripliquei, e mais 10 votos, 646 votos de diferença. -----

O povo de Milheirós por um lado é elogiado, por outro lado é chamado de estúpido, porque consegue essas coisas. Consegue votar em quem não faz nada, consegue votar em quem não é humilde. -----

Se há pessoas, e conhecem-me nesta bancada, muita gente, conhecem a minha humildade, conhecem que eu sou uma pessoa de bem, como é que há um indivíduo em Milheirós que me tem ódio? Me tem ódio, notou-se aqui, de facto, que tem ódio à minha pessoa. Não sei porquê, nunca lhe fiz mal, vem dizer essas coisas. Mas foi um elogio, de facto. Como é que eu sozinho, Adriano, desculpa lá, sozinho, consegui movimentar tanta gente, consegui enganar tanta gente? É espantoso. -----

Nesta sala não há ninguém, penso eu, que não valorize o voto do povo. Certo? Todos concordamos. Pois bem, em Milheirós de Poiares os escolhidos, pelo PDS, foram três pessoas para a Junta de Freguesia que eu reputo do mais alto valor, como pessoas, de reconhecimento na freguesia. Nós próprios ficamos um bocadinho assustados na altura, quando estamos numa luta política, é pá, desta vez vêm pesos pesados. Já perceberam onde eu quero chegar. Nós que reconhecemos esse valor, como é que eles, há 15 dias, 3 semanas atrás, tiveram o desrespeito pelo povo da sua terra, votando, sem pressões. -----

O Sr. Presidente da Câmara conhece-me, sabe que eu sou humilde. O vereador Vítor é uma pessoa por quem tenho uma estima muito grande, sabe da minha humildade. Como é que eu consegui manipular tanta gente? Nunca disse aqui que não reconhecia que o Sr. Presidente da Câmara devia fazer o papel que está a fazer. Eu fá-lo-ia. Nunca me viram com ataques pessoais, nunca me viram queixar. -----

E se hoje dizem, como dizem agora, mas se eu não venho à Câmara, mas o Sr. vereador Vítor e o Sr. Presidente da Câmara, enquanto vereador nessa altura, com certeza chegavam ao gabinete de manhã e deviam pensar assim: olha estes gajos, às 2 da manhã ou 1 da manhã já estão na Junta de Freguesia. Eu não tenho espaço diurno porque trabalho e tenho que ganhar o



meu pão, e é à noite que eu dou tempo à terra também. Eu tenho ali um monte de documentos que enviei para a Câmara, eu não vim sequer aqui atacar e dizer que não fizeram aquilo, mas tenho-os ali. -----

Eu podia falar, o meu amigo Vítor recorda-se, no ano passado, depois de termos falado e estado no local, e se eu não venho à Câmara vai Maomé à montanha, eles vêm a Milheirós, eles têm vindo a Milheirós. Fazíamos sempre um memorando do que se via. -----

Eu vou só lembrar uma situação, a Fundação Leão. O Sr. bispo D. Carlos Azevedo conversou com o Sr. Vereador, na minha presença, no ano passado, nas Fogaceiras, a verdade é que não se fez, com muita mágoa nossa. Ó Sr. Vereador, é verdade. Eu nunca fiz estes ataques, só estou a defender-me. -----

Que eu não fiz nada! Eu tinha trinta anos e fui Presidente de Junta. Quando olho para as fotografias daquela época eu penso sozinho, e dizia ao Adriano, como é que o povo de Milheirós confiou nestes três putos. Eramos três miúdos. O Posto Médico que lá está foi feito no nosso tempo. A Escola, não andei com uma bandeirinha a dizer que ela foi por minha causa, eu fiz parte de uma equipa e a liderança dessa equipa foi minha, isso ninguém pode negar. Lutamos até às últimas para conseguirmos a Escola E.B. 2,3. E disse, na altura, ao Sr. Presidente da Câmara que gostava que a de Arrifana fosse uma secundária porque era bom para Milheirós. Eu disse isto nessa altura. -----

Não ligaram, há quatro anos, quando nos tiraram o Agrupamento de Milheirós. Nós tínhamos direito ao agrupamento, a Sra. Vereadora está ali presente, queriam o agrupamento em Arrifana, eu fui o único que votei contra. Estavam-nos a esvaziar a escola, e a escola de Arrifana está ali porque Milheirós lutou muito para que tivéssemos a escola. E para que ninguém ficasse mal deram-nos as duas. Isto é histórico, não é mentira. -----

De maneiras que, eu continuo a ser o mesmo humilde, eu disse que se um dia nós fossemos integrados em São João da Madeira, eu arrumava-me da política. É verdade. Eu não ando à procura de tachos. Quem me conhece, eu tenho aqui muitos amigos e amigas na bancada do PSD, que me conhecem e que sabem que eu sou humilde, eu não sou de andar atrás de tachos, a minha vida é conhecida. Muito obrigada e peço desculpa desta minha emoção.” -----

O Sr. Presidente da Assembleia fez a seguinte intervenção:-----

“Quero-vos dizer, porque aqui fui visado diretamente por um cidadão, e também porque notei



alguma apreensão em relação à imparcialidade desta Mesa. Pois quero-vos dizer, com toda a frontalidade, que não há maior ofensa que possa ser feita à Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira e aos seus eleitos do que aquela que foi dizer, no mandato anterior e já neste presente mandato, que nós não respeitamos a vontade popular. -----

Nós somos a vontade popular do concelho de Santa Maria da Feira. Não há maior ofensa, e ela foi aqui produzida e tem sido reproduzida em meios de comunicação social.-----

Não contem com este cidadão que aqui está para ser imparcial quando querem desagregar, desunir, enfraquecer o concelho de Santa Maria da Feira.-----

Eu fui eleito e jurei, nesta mesa, defender os interesses do concelho de Santa Maria da Feira. --

Não confundam, senhores deputados, o que é uma função presidencial com a função de Presidente da Assembleia Municipal, não confundam as situações.-----

Não queiram que eu seja totalmente imparcial quando um cidadão, ao usar da palavra, diz do seu Presidente da Assembleia Municipal que usa de esquemas na Casa da Democracia e, ainda assim, eu permito que continue no uso da palavra. -----

Não sei que imparcialidade é que querem que exista mais do que esta. -----

Mas se eu tiver de ser acusado de parcialidade em nome da defesa dos interesses do concelho de Santa Maria da Feira, porque tomo uma posição e não me basto com uma abstenção, ou com um 'nim', pois que eu seja acusado por todos os meus concidadãos dessa parcialidade. ---

Quero dizer o seguinte, eu recebi um mandato desta Assembleia, que subscreveu a petição e que disse ao seu Presidente para envidar todos os esforços, todos os esforços, para que esta Assembleia a fizesse subscrever e explicasse à população.-----

Eu disse, e fui frontal nisso, que eu próprio iria referendar o referendo que tinha sido feito. E assim fiz. Fui para a freguesia de Milheirós de Poiares, bati porta a porta, porque humildes somos todos, somos todos humildes, representamos o povo português e isso impõe-nos humildade. Eu bati às portas.-----

Querem saber das assinaturas? Pois as petições são livres e públicas, basta ir à internet e ver os que estão assinados, ou ir à Assembleia da República e consultar. -----

Não percebo a anátema que querem lançar sobre um Deputado ou sobre um Presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira. E, portanto, eu fui, bati às portas. Não são oitocentos, são cerca de mil. É a vida, é assim, as pessoas mudam. As coisas não são eternas, as coisas não são eternas, e, portanto, não percebo qual é o problema. -----



Já agora, uma pequena explicação sobre o que é o votar a favor ou contra um relatório de uma petição. Nada tem a ver com a substância da petição mas, única e exclusivamente, com o formalismo da petição. E era isso que eu queria dizer, naquilo que é, num momento decisivo para o concelho de Santa Maria da Feira, o entendimento de quais são as funções, quais são as competências de um Presidente da Assembleia Municipal, em que os feirenses votaram diretamente e, depois, os membros da Assembleia Municipal, proposto pelo PSD, me elegeram para este cargo.” -----

O membro *Moisés Ferreira* (BE) pediu a palavra, o que lhe foi concedido. Disse o seguinte: --
“Não tem a ver com o assunto que se está a discutir, ou com os assuntos que se estão a discutir, mas é para ficar gravado, que o Bloco de Esquerda considera grave, muito grave, a afirmação de que enquanto Presidente da Assembleia Municipal não é imparcial na condução dos trabalhos. É muito grave, e não tem a ver com o facto de ter sido visado e de ter, obviamente, direito a resposta. -----

Mas disse que é parcial quando se discutem determinados assuntos, e isso não pode existir. E é para ficar apenas em ata. Enfim, é uma declaração sobre a condução dos trabalhos.” -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* retorquiu, dizendo o seguinte: -----
“O que eu aceito, e que toda a gente percebe, porque está gravado. Eu nunca disse que não era imparcial na condução dos trabalhos. Penso que tenho dado provas ao longo destes quatro anos disso. -----

Não sou e nem tenho obrigação nenhuma legal, e não existe em lado nenhum, de ser imparcial nas tomadas de posições, aliás, o Presidente da Assembleia Municipal vota todas as questões como qualquer um dos deputados e, por isso, está absolutamente afastada a minha imparcialidade na votação de cada um dos temas. -----

Quanto à condução dos trabalhos eu quero reiterar a minha imparcialidade na condução de todos os trabalhos. Quem controla os tempos, como sabem, é o Presidente, são os Secretários da Mesa, e quero dizer que, na minha perspetiva, já muito tolerante foi o Presidente da Assembleia Municipal a partir do momento em que é acusado de usar de esquemas e, ainda assim, permitiu que o cidadão, já para além do tempo que lhe estava destinado, continuasse no uso da palavra. -----



Para que fique claro e para que o Sr. deputado fique tranquilo em relação à imparcialidade na condução dos trabalhos, que eu penso que assegurei desde o início, até porque quem definiu a grelha de tempos foi o próprio Presidente em colaboração com os partidos e, como sabe, atribuiu mais tempo aos partidos que só têm um representante em proporção aos partidos que têm vários representantes.” -----

A Sra. deputada municipal *Margarida Gariso* (PS) disse, a partir do seu lugar, que o Sr. Presidente da Assembleia permitiu que um Presidente de Junta de Freguesia fosse insultado de modo pior do que foi o Presidente da Assembleia, ao que o *Sr. Presidente da Assembleia* retorquiu que o Sr. Presidente de Junta de Freguesia, se se havia sentido insultado, tinha o direito de usar da palavra para defesa da sua honra. Referiu que, na sua opinião, o Sr. Presidente da Junta, na intervenção que efetuou, fez uma defesa política das acusações que lhe foram feitas e que não considerou que a sua honra tivesse sido visada ou lesada pois, caso o tivesse entendido, teria feito a sua intervenção de outra maneira. -----
Posto isto passou a palavra, a pedido do mesmo, ao Sr. Presidente da Câmara.-----

Usou da palavra o *Sr. Presidente da Câmara* que começou por salientar que não tencionava intervir neste Período uma vez que já manifestou, perante esta Assembleia, quais as razões que o levam a entender que é seu dever defender a unidade do concelho de Santa Maria da Feira. -----

Salientou que, contudo, ouviu algumas acusações que entendia importante refutar, designadamente na sequência do que ouviu o cidadão Adriano Martins dizer com respeito a ele – Presidente da Câmara. Fez sobressair que ele, Emídio Sousa, é Presidente da Câmara porque foi eleito pelos feirenses nas eleições autárquicas ocorridas em 2013, pelo que não é o poder instalado mas sim o poder democraticamente eleito, sufragado pelo povo, frisando que isso é que é democracia.-----

Referiu que o cidadão Adriano Martins mencionou, na análise que fez à petição do qual ele – Emídio Sousa – é o primeiro subscritor, que a mesma teria sido assinada somente por 16% dos feirenses. Sobre isso realçou que a petição foi subscrita por cerca de 25.000 feirenses e que, havendo no Concelho pouco mais de 120 mil eleitores, a percentagem é a que é, comentando que é muito mais correto representar 20 ou 25% dos eleitores do que representar



200% dos eleitores. -----
Realçou que também queria fazer notar que, na sua opinião, a matéria em discussão não diz respeito a um combate entre o PSD e o PS, mas sim à defesa do concelho de Santa Maria da Feira que, no seu entendimento, foi atacado, comentando que aqueles que são verdadeiramente feirenses e que amam a sua terra estão ao lado dos que defendem a união do Concelho e que, entre estes, está muita gente de todos os partidos. Reafirmou não ser um combate entre o PSD e o PS, mas sim um combate do concelho de Santa Maria da Feira contra aqueles que lhe quer tirar uma parcela de território, sublinhando que quer muito que os milheiroenses permaneçam no Concelho, que gosta muito dos milheiroenses, tanto dos que são a favor como dos que são contra a desanexação da freguesia de Milheirós de Poiares, sublinhando que aquilo que quer é que o Concelho permaneça unido. -----
Disse saber que o concelho de Santa Maria da Feira, nos últimos anos, tem incomodado muitos devido à pujança e determinação que mostra ter, fazendo sobressair que Santa Maria da Feira está a afirmar-se cada vez mais. Referiu, nesse âmbito, que exemplo disso é que os prémios atribuídos a Santa Maria da Feira, na Irlanda, no passado dia 24 de janeiro, suscitaram muita inveja, dando nota que toda a gente deu os parabéns à Câmara excetuando os portugueses. -----
Concluindo frisou que, como Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, sentir-se-ia um traidor caso não defendesse o seu Concelho, realçando que não quer ser traidor e que no dia em que sentir que traiu o seu Concelho se demite de tal cargo. -----

De seguida, dando por encerrado o Período de Intervenção do Público, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão. -----
Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 24 horas e 45 minutos, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,